atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Gestão - SEGES, de acordo com os termos, condições e especificações constantes na **Dispensa Eletrônica nº 90003/2025-COBES** e seus anexos, bem como a Propostas Comercial em SEI nº [121554919](#), no valor global de **R\$ 4.140,00** (quatro mil cento e quarenta reais).

II. AUTORIZO a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa mencionada no item anterior, no valor de **R\$ 2.700,00** (dois mil e setecentos reais), conforme informado em SEI nº [122256170](#), sustentada pela Nota de Reserva nº 4.261/2025, que onera a dotação orçamentária de nº 13.10.04.122.3024.2100.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0 do exercício vigente, devendo as despesas do exercício subsequente onerar dotação própria do respectivo orçamento, respeitando o princípio da anualidade orçamentária.

III. Por fim, **DESIGNO**, com fundamento nos artigos 119 a 122 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, a servidora Juliana Marcantônio - RF: 925.223 - 1, como fiscal titular do Ajuste, e o servidor Flávio Augusto de Paula - RF: 927.298 - 4, como fiscal suplente, conforme documento SEI nº [12227790](#);

IV. PUBLIQUE-SE. Após, encaminhe-se o processo à SEGES/CAF/DOF e SEGES/CAF/DGESC para as medidas cabíveis no âmbito de suas competências.

SETOR DE AUXÍLIO FUNERAL

Documento: [12252759](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002060-0

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **SIDNEI AUGUSTO FERREIRA**, inscrito(a) no CPF sob nº **053.335.128-68**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122387566](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002089-9

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **MARILMA RIBEIRO GUERRA**, inscrito(a) no CPF sob nº **764.460.778-15**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122387272](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002126-7

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **MARIA PEREZ DE SOUZA**, inscrito(a) no CPF sob nº **323.691.508-07**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122386986](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002081-3

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **JOANA D'ARC LEITIS ROTINI**, inscrito(a) no CPF sob nº **234.291.478-40**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122337899](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002109-7

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **ANDREA ARTACHO SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob nº **132.754.778-38**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122262152](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002079-1

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **ALISSON DA SILVA RODRIGUES**, inscrito(a) no CPF sob nº **265.905.178-00**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122258308](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0001850-9

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **ANDRESSA FREITAS DE LIMA RHEIN**, inscrito(a) no CPF sob nº **273.160.908-71**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122261689](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002078-3

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **AUGUSTO CESAR SCERNI**, inscrito(a) no CPF sob nº **092.113.138-05**, no valor de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122261091](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0001943-2

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **DANIEL OLIVEIRA DE ORANGE LINS DA FONSECA E SILVA**, inscrito(a) no CPF sob nº **082.779.144-58**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122338258](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002088-0

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **DINALVA NAVARRO DE MESQUITA**, inscrito(a) no CPF sob nº **529.999.558-04**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122326596](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0001969-6

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **VANDERLY MONTEIRO HOKAMA**, inscrito(a) no CPF sob nº **860.200.728-00**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122387425](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002131-3

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **MARISA DE JESUS CAMPOS**, inscrito(a) no CPF sob nº **050.245.118-16**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [122326366](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2025/0002082-1

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 64.008/2025, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, item III, da Portaria nº 110/SEGES/2024, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **AILTON ALMEIDA**, inscrito(a) no CPF sob nº **164.992.018-04**, no valor de **R\$ 5.091,40 (cinco mil noventa e um reais e quarenta centavos)**, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se.

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 3

Documento: [122413346](#) | **Aviso de Licitação**

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público o Pregão Eletrônico nº 90003/2025-COBES - Processo Administrativo SEI nº 6013.2024/0001978-3, Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Notebook, para atendimento das necessidades das Unidades da Administração Direta e Indireta da Prefeitura do Município de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital, tem nova data de abertura marcada.

A abertura está agendada para o dia **08/04/2025 às 10h00** e será procedida pela Comissão Permanente de Licitação - CPL3/COBES, constituída pela Portaria nº 48/SEGES/2024, indicando para tanto a servidora Patrícia Campos de Araújo, RF. 634.089/0, para atuar como Pregoeira.

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos através da Internet pelos sites: <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> e PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Secretaria Municipal de Habitação

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: 122442008 | Ata de Reunião

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH 8ª Gestão

Data da Reunião: 19 de novembro de 2024

Local: Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, Centro, São Paulo.

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano 2024, às 14h00, nas dependências das dependências do Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, São Paulo - Capital, reuniram-se para a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as):

Conselheiros (as) presentes: Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) e Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste). **Convidados (as) presentes:** Mônica Hussein Nasser (SEHAB/CMH), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/CMH), Nilson Edson Leônidas (Conselheiro CMH-COHAB), Elaine Marques de Ornelas (SEHAB/CFT), Eric Rodrigues Vieira (SEHAB/CFT), Queila Birsá Matarazzo Albernaz (SEHAB/DEPLAN), Maria Teresa Fedeli (SEHAB/Mananciais), Rogério Frontelli (SEHAB/Mananciais), Vanessa Padiá de Sousa (SEHAB/DAF/DIF), Dulce Helena dos Passos Santana (Taquiografia), entre outros. **Conselheiros (as) ausentes (justificar ausência):** Aginaldo da Silva França (ANESP) e Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP). **Conselheiros (as) ausentes:** Milton Vieira (SEHAB), Sidney Nery (SEHAB), João Cury Neto (COHAB), Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo), Daniela Ferrari Toscano de Brito (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Maksuel José da Costa (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Álvaro Augusto Andrade Vasconcelos (APEMEC), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP). **Pauta da Reunião: Item 1-** Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH de 24/09/2024. **Item 2-** Apresentação do Decreto nº 63.857, de 1º de novembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 17.734, de 11 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana - Reurb. **(Solicitação da Conselheira Daniela Ferrari Toscano de Brito)** **Item 3-** Apresentação do Orçamento da Habitação de 2024 e ações para o exercício de 2025 - SEHAB e COHAB. **Item 4 -** Outros assuntos. **Sr. Nilson** agradeceu a presença de todos. Constatado quórum, deu início à reunião. **Item 1-** Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH de 24/09/2024, que foi aprovada por unanimidade. **Item 2,** apresentação do Decreto nº 63.857, de 1º de novembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 17.734, de 11 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana - Reurb. A solicitação foi da conselheira Daniela Ferrari, que não está aqui presente no momento, e quem vai apresentar aqui é o Eric, aqui da CRF da SEHAB. **Sr. Eric:** O pessoal está montando ali a apresentação que nós trouxemos, e vou tentar e pedir para sermos bem sucinto, porque é uma apresentação longa, são dois decretos que regulamentam a nossa legislação, 17.734, de 2022, é uma regulamentação que já esperávamos há algum tempo, e na verdade foram dois decretos, que saíram na mesma data. Bom, construção do decreto parte da legislação federal, que cuida da regularização fundiária, que é 13.465/17. Essa lei permitiu que o município elaborasse uma lei complementar, que foi sancionada em janeiro de 2022, que é 17.734. E aí foi construído um fluxo de trabalho para que houvesse agora a promulgação do Decreto 63.857/24. Isso foi logo depois das eleições, e a aplicação dele ainda, apesar da vigência não ter vacância alguma. Bom, esse fluxograma que nós construímos aqui, basicamente é o que está escrito no decreto como um todo. São todos os procedimentos da regularização fundiária que nós adotamos aqui como procedimentos necessários para atingirmos a finalização do processo. Então ele se inicia com uma consulta prévia que qualquer cidadão pode fazer. Nessa consulta prévia, qual é o objetivo? É que elas tenham uma tramitação e uma resposta objetiva e por escrito ao cidadão, fazendo que haja uma análise técnica, pelo menos mínima necessária, dos requisitos que a lei federal exige para a promoção da regularização fundiária. Se eventualmente houver um indeferimento da regularização, esse indeferimento sai fundamentado na aplicabilidade daquela regularização, o motivo. Caso contrário, sai uma certidão para esse cidadão ou para alguma entidade, demonstrando a aplicabilidade daquela REURB a ser realizada naquele perímetro que foi solicitado por aquele cidadão. Com essa certidão, esse mesmo cidadão, ou a CRF de ofício, pode instaurar o processo da REURB. O processo da REURB se inicia, basicamente, com o início do processo de classificação em REURB E ou REURB S. Não sei se todos têm conhecimento na matéria, mas basicamente, REURB S seria para pessoas que não têm condições de bancar os produtos da regularização fundiária, e o REURB E seria para famílias que têm uma condição de contratar profissionais para pagar todas as peças técnicas. E aqui, pessoal, nesse cantinho aqui, tem todos os procedimentos da regularização que estão descritos aqui no nosso fluxograma. Então, o P3, que é o coração, vamos dizer assim, da regularização, é quando fazemos o diagnóstico das desconformidades jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. É nesse momento que nós, da coordenação de relação fundiária, através de todos os setores, e esse é um dos poucos produtos que todos os setores fazem análise de forma conjunta, verificamos quais seriam as necessidades e traçamos um

planejamento para chegarmos ao final, que é a nossa pretensão, que é o registro e a titulação. A partir desse momento, é estartado os demais produtos. Vamos imaginar que aqui encontramos uma desconformidade ambiental. Eu tenho que seguir necessariamente esse fluxo? Não, não preciso. O P9 é o Estudo Técnico Ambiental. Se eu já faço um diagnóstico no meu plano de ação que eu tenho uma questão ambiental que tem que ser tratada, eu já libero, enquanto CRF, uma ordem de serviço para o Estudo Técnico Ambiental. Ou seja, eu ganho um tempo muito grande para conseguir uma aprovação ambiental para essa regularização logo depois do nosso plano de ação. Nesse mesmo plano de ação é feito o estudo jurídico, ou seja, a base fundiária, onde esse perímetro está localizado, quem são os proprietários lineares. E muitas das vezes não é uma única matrícula, às vezes são várias matrículas. Então quando você tem um estudo fundiário efetuado e esse diagnóstico jurídico, necessariamente você tem que fazer a notificação desses proprietários tabulares, quer sejam proprietários que conseguiram essa matrícula individualizada através de uma ação de Usucapião, por exemplo, quer seja aquele proprietário que foi um proprietário desleixado e que essa área está invadida ou consolidada já há muitos anos. Isso vale também para todos os confrontantes dessa área. Então essa seria, vamos assim dizer, a nossa primeira parte da regularização. Quando vamos para a segunda parte da regularização, nós temos já aqui um estudo, nós temos o levantamento do quadrante métrico, nós já temos as notificações dos proprietários, dos confrontantes, então já temos a certeza da possibilidade do prosseguimento dessa regularização. E aí fazemos o saneamento do processo. Nesse saneamento, logo em sequência fazemos reunião de entrada, que é quando temos o primeiro contato com os moradores e explica a eles todo o trabalho que vai ser desenvolvido em campo, a selagem desse perímetro que é feito casa a casa, lote a lote e na sequência o cadastro social. Esse é o momento que eu reputo o momento de maior importância para que as lideranças locais, as pessoas que residem naquele núcleo participem. Que é quando vamos saber quem são as pessoas que futuramente serão as pessoas beneficiadas com a regularização. Este ano, eu posso falar só deste ano, tivemos uma série de dificuldades de promover o cadastro social por ser um ano eleitoral. Então muitas pessoas acreditavam que por ser um ano eleitoral, a gente não finalizaria o processo. E deixaram de fazer o cadastro. E agora, quando estamos finalizando esses processos, vocês vão se lembrar na reunião de apresentação do orçamento, nós tínhamos uma entrega lá em São Mateus, do São Francisco 1A. Várias pessoas nos procuraram e perguntaram - E eu? O que eu faço? Fazemos a regularização de todo o perímetro. Todas aquelas pessoas que entregaram a documentação, fazemos uma primeira listagem e faz a legitimação. E aquelas pessoas que entregaram uma documentação incompleta ou não entregaram a documentação, voltamos num segundo momento para área para complementar essas informações e finalizar o trabalho da regularização naquele setor. Feito selagem, feito o cadastro, vamos para o P8, que são as plantas e memoriais. É quando a Cintia, que está ali, que é responsável pelas áreas particulares da nossa cidade, faz o projeto junto com os técnicos responsáveis. É quando os técnicos do setor fazem a planta do local e os memoriais. Basicamente, em uma linguagem mais leiga, é quando você desenha o perímetro, lote a lote, rua a rua, se eventualmente naquele local tem uma área institucional, uma área verde, e os memoriais, que é você contar de forma escrita o que está naquela planta. O P9 eu já falei para vocês, que é o Estudo Técnico Ambiental. Hoje nós temos uma engenheira ambiental que faz essa aprovação ambiental em CRF para essas áreas. Num desses decretos que foram editados agora, que está criando uma comissão, o Secretário está para editar isso quando houver obras. Então, provavelmente nos próximos dias sai uma Portaria do Secretário Municipal de Habitação indicando quem serão as pessoas que irão compor essa comissão, que vão aprovar a questão ambiental quando nós tivermos obras envolvidas com a regularização fundiária. P10, Projeto de Regularização Fundiária. Esse P10 aqui, já classificamos basicamente como a nossa CRF, que é onde você constitui a formação de todas aquelas informações que foram construídas até esse momento. Então já é um rascunho, vamos assim dizer, da nossa futura emissão da certidão de regularização fundiária, que é quando o município, tanto pela legislação federal, quanto pela legislação municipal, outorga ao coordenador da regularização fundiária essa atribuição de descrever todos os produtos técnicos dentro do que a lei exige para mandarmos para o cartório. Essa aqui, usamos muito pouco, que é uma certidão de anterioridade. Todos os núcleos constituídos até setembro de 79 são dispensados da certidão da aprovação ambiental. Isso é um artigo da lei federal, então usamos muito pouco isso. A listagem preliminar, que é quando fazemos a compatibilização dos dados, dos trabalhos que foram feitos em campo. A listagem de beneficiários, que são aquelas pessoas que efetivamente vão receber a matrícula, e nesse momento nós publicamos essa relação dos beneficiários. Por que nós fazemos essa publicação? Porque se eventualmente, durante o trabalho de cadastro social, durante o trabalho de análise documental, houver algum equívoco no trabalho, as pessoas têm a oportunidade de fazer uma impugnação desse equívoco que foi cometido durante esse trabalho. Então fica 30 dias aguardando, eventual impugnação, para encaminhar para o cartório. Se houver alguma impugnação, até hoje não houve, eu não me lembro. Mas se houver alguma impugnação, nós, por lei, temos a obrigação de fazer análise do conteúdo dessa impugnação. Caso contrário, pegamos todas essas peças técnicas, montamos um dossiê e colocamos no cartório. E aí, Nilson, para nossa satisfação, se eu posso falar de boca cheia, tenho visitado todos os cartórios, decidi acompanhar a maior parte deles, hoje nós, entre outras, travamos os cartórios. Nós temos mais de 80 núcleos sendo analisados pelos cartórios da nossa cidade, estão finalizados os processos, e que estamos aguardando o quê? O registro e a titulação. Então vamos

ter um número bastante substancial de entrega a ser efetuado. Esse fluxograma, e aqui eu termino a minha participação, vou passar a bola para a Cintia, basicamente é o desenho do que fala o nosso decreto. Basicamente é isso. A apresentação aqui, se não me engano, tem mais 70 slides. Vamos disponibilizar depois, porque é algo bastante extenso para ser resumido em poucos minutos, mas de uma forma bastante acadêmica, esse fluxograma é o que o nosso decreto fala. E tem algo a mais que o decreto fala, que vamos editar em até 90 dias, que o decreto coloca, que é o manual da regularização fundiária. Então, estamos construindo isso, que basicamente são os procedimentos de como as pessoas devem encaminhar modelos, etc., das peças técnicas, para que possamos recepcionar esse trabalho lá em CRF. **Sr. Nilson:** Esta aqui é a mesma apresentação, não é, Eric? Que iam passar lá na Câmara Municipal, do orçamento, né? **Sr. Eric:** Então, o que eu combinei com o pessoal aqui? A Cintia vai continuar aqui falando sobre os dois decretos que foram editados, e se eu não me engano, o último item da pauta é o orçamento. Então eu vou descer, atender alguém lá que está me esperando, e eu já volto. **Sr. Nilson:** Tranquilo, porque na verdade quando teve na Câmara Municipal, ficou tumulto lá naquela apresentação, quem não estava lá. E não dava para ver a imagem, a imagem estava péssima. Foi tudo complicado lá. **Sr. Eric:** E no dia aconteceu uma tragédia, ainda o falecimento da Dra. Marina, íamos ter um tempo maior, no fim, acabou reduzindo bastante. **Sr. Nilson:** Nossa apresentação ia estender até às 16 horas, e isso não aconteceu. Mas aqui, estamos replicando essa apresentação, para mostrar claramente o que não deu para passar lá, teve que passar com o controle na mão, e acelerando. Vamos em frente. **Sr. Eric:** Então aqui, a Cintia vai continuar com a apresentação relativa aos dois decretos que foram editados, que foi a solicitação da conselheira. Eu vou descer para atender alguém que está me esperando lá, e eu já retorno para falar sobre orçamento, e aí eu retorno com calma para poderemos conversar. Inclusive para pedir o apoio de vocês, para nos ajudarem aqui, a proposta orçamentária que colocamos lá seja aprovada pelos vereadores, para que tenhamos o orçamento necessário disponível para o exercício 2025. Obrigado, gente. **Sra. Cintia:** Bom, então, o restante da apresentação, agora eu vou basicamente, o Eric já adiantou um monte de coisa aqui, mas o restante da apresentação é o detalhamento de cada uma dessas fases. Eu vou passar rápido algumas coisas, porque a apresentação está bem completinha, fala dos modelos, dos produtos, e como o Eric disse, o Manual Municipal da REURB, ele é basicamente os modelos dos produtos que temos com uma espécie de um tutorial para que qualquer pessoa possa executar esses produtos e tocar a regularização fundiária. Então, a primeira fase, como ele disse, é a consulta prévia. Por que colocamos essa consulta prévia no decreto? Logo quando saiu a lei federal, parecia que todas as questões do mundo poderiam ser resolvidas com regularização fundiária. Então, começaram a aparecer diversos pedidos de abertura de processo de REURB, para resolver coisas que não tem nada a ver com isso. Então, instituí essa consulta prévia é para avaliar basicamente se cabe REURB para resolver aquele caso ou não. E olhamos basicamente a temporalidade e se ele é um núcleo urbano. Então, seria o que? A temporalidade é o que a lei diz. As áreas que estão implantadas com incidência ambiental até 22 de dezembro de 2016, mananciais, APA, Zona Especial de Preservação, todos esses zoneamentos aqui, só podemos regularizar o que estava implantado até 22 de dezembro de 2016. E os demais zoneamentos, esse tempo passa para 11 de janeiro de 2022, que é a data da publicação da lei. Então, a primeira coisa que olhamos, a pessoa entra com um formulário de consulta, com uma foto do perímetro demonstrando a área que eles pretendem regularizar. Vamos olhar. Qual é o zoneamento? A partir do zoneamento, vamos buscando nas fotos históricas para saber se estava implantado naquela época. Se já existia rua, existiam casas construídas. Então, a primeira coisa que vemos é o marco temporal. Que consultamos aqui. Algumas coisas eu vou passar rapidinho, que eu só estou dizendo como fazemos essas consultas. Aí outra coisa é a conformação como núcleo urbano. A nossa lei municipal, ele diz que o que é um núcleo urbano? Tem que ter pelo menos 10 unidades imobiliárias contíguas, menores que o módulo rural. Às vezes, temos áreas públicas, principalmente, que tem menos de 10 unidades. Mas aí conseguimos justificar a necessidade, por exemplo, em área pública, a pessoa não vai conseguir regularizar isso se não for pela REURB. Não cabe usucapião, não cabe nenhum outro instrumento. Só que pode ser menor do que 10 unidades, só que quando a pessoa entrar com o pedido de REURB para lote individual, isso é uma coisa que você resolve com o processo de usucapião, não é na REURB. Então, quando a pessoa entra com esse pedido, indeferimos e falamos, esse caso específico você resolve com o usucapião. Então, é isso que costumava aparecer. O núcleo urbano tem que ter pelo menos dez unidades e as pessoas entravam com os pedidos para lotes individuais. Aí, depois eles falam, não posso regularizar com lote individual, tem que ser um perímetro. Aí eles entravam com o perímetro e falavam, o perímetro é esse, mas eu só quero regularizar esses que estão em azul. Dá na mesma. Quando você define o perímetro na regularização, tudo o que fazemos é para todos os lotes, não pode ser para o lote individual. Trabalhamos para o coletivo. O jurídico também faz as mesmas análises, com base na lei. Então, assim, como o Eric falou, esse fluxo todo foi baseado na lei e o decreto ele é basicamente o fluxo, só que escrito. Então, aqui são todos os termos da lei, os artigos da lei que usamos para definir esse decreto e esse fluxo. E aí vem a certidão de consulta prévia que colocamos qual é o perímetro que está sendo solicitado, se cabe ou não REURB, porque tem muitos casos que as pessoas entram no pedido de consulta prévia com um perímetro e na hora de entrar com a REURB, entra com outro perímetro diferente. Então, fazemos questão de dizer, de ilustrar qual é o perímetro que estamos dizendo que cabe REURB. E aí a consulta prévia é pela aplicabilidade ou não da REURB. E se não,

por que não é aplicável? Ai com base nisso, a gente vem e instauramos a REURB e a primeira coisa é a classificação. Quem pode solicitar REURB? Os moradores individualmente ou em forma de associação, os loteadores, os proprietários da área, o Ministério Público, a própria Prefeitura de Ofício, Defensoria, todas essas pessoas podem entrar com o processo de REURB. E eles informam qual a modalidade pretendida e se eles pretendem contribuir com algum produto. E aí, se eles fizerem algum desses produtos, tem que assinar um termo de responsabilidade, porque antigamente tínhamos um termo de compromisso que servia só para aumentar o volume do processo. As pessoas assinavam um termo de compromisso, e se a pessoa não cumprisse, não acontecia nada. Agora, esse termo de responsabilidade, ele pode ser convertido em título de cobrança extrajudicial. Então, se a pessoa assinou, eu vou fazer um LEPAC dessa área. Então, assina aqui embaixo, que se você não fizer, eu vou te cobrar na Justiça. Então, isso acho que foi uma novidade muito grande da lei. Quando a REURB, independente da modalidade S, que é interesse social ou específico, quando ela é feita por uma empresa especializada, eles são obrigados a fazer todos os produtos, inclusive obras, se necessário, porque afinal de contas eles estão recebendo para fazer essa regularização. Bom, aqui são os critérios para classificação. REURB S, que normalmente são ocupados predominantemente por população de baixa renda, localizados nesse zoneamento, que são de Interesse Social ou se, de repente, não está nesse zoneamento, mas identificamos que a renda média da população é abaixo de cinco salários, aí o Secretário de Habitação faz uma declaração de 4 Interesse Social. Se não for REURB S, automaticamente ela vai para REURB E, que é basicamente dizer quem que vai pagar a conta, como o Eric falou. Aqui é como fazemos as consultas, o índice paulista de vulnerabilidade social, o zoneamento, fazemos uma série de pesquisas para conseguirmos classificar. Se há dúvida, fazemos uma pesquisa amostral lá na área para saber, para levantar a renda das famílias. Bom, aqui também são artigos da lei, que embasam o nosso trabalho, da lei municipal. Instaurada a REURB, classificada como REURB S ou E, começamos a fazer o diagnóstico. Eu sempre faço um paralelo assim, quando você vai ao médico, a primeira coisa que o médico faz é pedir exames para saber o que tem de errado. Então, o diagnóstico basicamente é isso. Quais são as desconformidades jurídicas, urbanísticas e ambientais que precisamos corrigir para alcançarmos a regularização? O Eric comentou já um pouco, fazemos vistoria, temos infraestrutura, tem todos esses produtos que nos dão apoio para fazermos essa elaboração do diagnóstico. O que está de errado e plano de ação é como vamos resolver. **Sra. Isadora:** Eu queria saber, nesse momento de classificar REURB S e REURB E, se vocês fazem numa mesma área, se dá para fazer as duas. Porque o que vemos nos territórios hoje são coisas muito diferentes, coladinhos uma do lado da outra. Você tem lá o lote da família que precisa, que é REURB S, claramente. Mas o lote do lado pode ser um prédio que foi feito para aluguel que é totalmente comercial, a família não mora lá e tudo mais. Os dois são tratados da mesma maneira? Ou podemos fazer REURB E para um e S para outra dentro de um mesmo núcleo? **Sra. Cintia:** Essa primeira classificação que é feita no processo de REURB é a classificação do núcleo. Então, assim, analisamos a predominância. Mas o que acontece? Normalmente classificamos como REURB S, que são os núcleos que trabalhamos, e conforme vamos aprofundando o trabalho, lá naquele momento do cadastramento dos moradores, podemos identificar que existem situações de REURB E, individuais, dentro do perímetro que foi classificado como REURB S. Então, nesses casos, apontamos, e apesar de trabalharmos com os produtos para o núcleo todo, nesses casos individuais de REURB E, dentro do núcleo do perímetro classificado como S, nesses casos as pessoas têm que pagar as custas no cartório para serem tituladas. Então, fazemos essa diferenciação, porque num primeiro momento os dados que temos são gerais. Então, quando vamos aprofundando a análise, aí conseguimos identificar essas situações pontuais, e aí nesses casos, eles pagam as custas no cartório. Bom, então, o que levantamos nesse diagnóstico? Primeiro, procuramos saber como surgiu aquele núcleo, se teve algum projeto aprovado, e de repente eles implantaram diferente do que foi aprovado, se o plano aprovado está de acordo com a situação de fato, e se as matrículas estão registradas já individualizadas no cartório, se tem infraestrutura, se tem algum problema de risco, se precisa de algum tipo de obra, se tem incidência ambiental, se tem alguma briga judicial pela propriedade, quem são os donos oficiais para fazermos a notificação, se tem a sociedade civil organizada dentro desse núcleo, se tem representantes dos moradores, porque sempre envolvemos os representantes da sociedade no processo de REURB, contamos muito com apoio, principalmente quando precisamos mobilizar a população para alguma atividade. Bom, então, aqui, depois de feito o diagnóstico, fazemos o levantamento do planialtimétrico, normalmente é feito por voo, aí tem a georreferenciado, ou seja, conseguimos saber exatamente em que lugar do planeta Terra esse núcleo está. E aqui é a forma como eles fazem, como tem distorção, a foto é feita por avião ou drone, por causa da curvatura da Terra, o meio aqui é certinho, conforme você vai indo para lateral da foto, ela vai tendo distorção. Então, o que eles fazem? Eles tiram várias fotos, depois eles fazem uma montagem de um mosaico, pegando só o miolinho dessas fotos e fazem essa ortofoto, que chamamos, depois em cima disso, eles vão desenhando pelas barreiras físicas onde estão cada um dos lotes. Então, o resultado é mais ou menos isso, que indicamos tudo que tem de infraestrutura, escadaria, calçada, é a situação, é o retrato de como está o núcleo. Todas as curvas de nível, córregos, tudo que existe. Isso aqui é um relatório de vistoria que fazemos para fazer aquele diagnóstico, então identificamos com fotos, infraestrutura, quais os problemas do território e aproveita para dialogar com as lideranças, com os moradores, para ajudar a levantar os problemas. Então, quando precisa de obra,

encaminhamos para o setor responsáveis para fazer as obras, e depois damos continuidade. Então, o estudo fundiário que o Eric falou lá no começo, buscamos no cartório quem são os proprietários oficiais e quem são os vizinhos. E como trabalhamos com a regularização, estamos transferindo a propriedade. Então, precisamos avisar os proprietários oficiais para dizer, olha, nós estamos trabalhando, se você tiver alguma coisa contra, é o momento de se pronunciar, senão a Prefeitura continua tocando a regularização. Então, tudo isso do estudo fundiário, fazemos com base nas informações do cartório para identificar as matrículas das áreas. Quando é área pública, fazemos sobreposição com loteamentos aprovados, para identificar exatamente quais são os limites. E aí, no plano de ação, é exatamente assim. O que é necessário fazer para alcançarmos a REURB plena, para todo mundo ter infraestrutura e ter toda a regularização para ter o documento de propriedade. Então, se tem problema de risco, fazemos o estudo geológico-geotécnico, manda para os órgãos responsáveis pelas obras. Se tem incidência ambiental, fazemos o estudo técnico-ambiental. E se tem alguma briga judicial, normalmente esperamos a solução do conflito para depois dar prosseguimento. Porque não dá para tocarmos uma regularização de uma área que está em reintegração de posse, por exemplo. Bom, aí são as notificações que encaminhamos com base naquele estudo fundiário. Aqui também são, eu acho que a apresentação depois o pessoal vai disponibilizar. Então, são os artigos das leis que embasam isso. Aqui é o tipo de notificação. Eles têm 30 dias para se manifestar contra ou a favor. E se for contra, tem que justificar. Não dá simplesmente para dizer não quero que façam a regularização. Enfim, eles têm que justificar a impugnação e temos que aceitar. No caso do Eric, é que julga e se houver alguma dúvida, algum recurso, aí vai para o Secretário Julgar. E aí começamos na parte do saneamento do processo. Então assim, já sabemos o que precisamos fazer para resolver o problema da área. Os proprietários oficiais já estão notificados e começamos a identificar aqui que precisamos muito do apoio também para mobilização para reunião de entrada, que é um produto que fazemos para explicar para os moradores o que vai ser feito e que documentos precisamos que eles apresentem. Então, setorizamos a área normalmente por quarteirões, e aí entramos em cada um dos terrenos para identificamos quantos domicílios tem em cada lote. E aí temos uma solução para cada uma dessas situações. Então o que é considerado uma unidade? Se ela tem um acesso independente, se ela tem uma cozinha e um banheiro. Se eu não preciso passar por dentro de outra casa para entrar naquela casa, ela é um domicílio. Então identificamos tudo isso. **Sra. Isadora:** Nesses casos aqui dessa de baixo, o titular do lote final é dividido em todos os vocês regularizaram o direito de laje que está na Regulação Federal? **Sra. Cintia:** Nesse caso, não é o direito de laje, mas é um outro instrumento que existe na Lei Federal que é o Condomínio Urbano Simples. Nós temos trabalhado, eu vou explicar esse exemplo que fica aqui na frente já. Bom, então nesse dia que vamos fazer essa identificação fazemos a selagem, que é colar um selo. É um adesivo com um código alfanumérico, que depois vai fazer a relação daquele lote na planta com a nossa listagem de beneficiários. Então é esse selo que faz esse link. Bom, aqui é o cadastro que é aplicado. Normalmente recolhemos os documentos pessoais, CPF, RG, nascimento, casamento e os documentos do imóvel. Se não tiver o comprovante às vezes tem um contrato de gaveta, às vezes tem contas de luz, de água só. E coletamos as declarações dizendo que a pessoa é autodeclarando que ela recebe menos de cinco salários mínimos, que ela não possui outro imóvel. E aí esse cadastro gera uma planilha. Lembra que eu falei? O link que faz o selo que foi colado na porta da pessoa com essa planilha que tem todas as informações e depois vai gerar a listagem de beneficiários para mandarmos para o cartório. Então é importante quando colarem o selo não tirar o selo e guardar bem o número porque toda a identificação das pessoas depois é feita por esse selo. E aí durante o cadastramento faz plantão jurídico, porque sempre tem uma série de dúvidas. Ai, mas é herança. Todas as dúvidas que surgem são resolvidas nesses plantões. Estudo técnico ambiental, como o Eric falou, ele é usado normalmente quando tem córregos, nascentes. Então ele é, de acordo com a largura do córrego, do rio, tem uma largura diferente de área de preservação permanente. Podemos regularizar em área de preservação permanente, desde que esse estudo técnico ambiental comprove que a regularização vai trazer melhorias para o meio ambiente. E aqui o meio ambiente temos que considerar não é só a parte verde, a natureza. As habitações e os seres humanos também fazem parte do meio ambiente. Então temos que garantir uma melhoria na vida dessas pessoas que moram lá. Se esse estudo técnico ambiental, que é assinado por um engenheiro ambiental, comprovar isso, seguimos a regularização mesmo em área de APP. Então ele verifica lá a existência de áreas protegidas, riscos, hidrologia, contaminação, vegetação. Se tem infraestrutura. Principalmente a coleta de esgoto e a drenagem de águas fluviáteis, porque ela não pode ser jogada junto. Então assim, são as duas principais infraestruturas que o estudo técnico analisa. E aí depois de resolvido tudo isso, o que fazemos? Lá no estudo fundiário nós identificamos quais eram as matrículas que compunham esse núcleo. Então nesse caso aqui, o que eu trouxe para explicar, é como se eu tivesse, eu estou usando parte de três matrículas diferentes, eu estou indicando isso para o cartório, essa planta vai para o cartório. Estou dizendo, eu vou tirar tantos metros quadrados dessa, tantos dessa, tantos dessa, que eu vou montar aquele meu perímetro, da minha área de regularização. Isso aqui, eu não sei se alguém conheceu a demarcação urbanística, essa planta, ela praticamente substitui a demarcação urbanística, que fazemos no mesmo momento. É o mesmo intuito da demarcação, é eu criar uma matrícula especial, única para essa área que eu estou regularizando. E aí junto com ela vem essa planta antiga U, que agora é a UR, área urbanizada e regularizada, que especificamos todos os lotes, o que vai ser área pública, o que vai ser rua, e para

o cartório conseguir abrir a matrícula individualizada de cada um desses lotes. Então tem todas as informações de metragens para o cartório abrir as matrículas. E aí nesse caso que você falou, eu identifiquei que tem mais de um domicílio no lote e tem mais de um proprietário. Antigamente o que fazíamos? a gente abria, tem um lote com três proprietários. Então eu dava frações ideais, mas o que acontecia? Suponhamos que você está com a fração ideal. Então você queria vender a sua parte, você precisaria que os outros dois concordassem. E agora com o condomínio urbano simples o que fazemos? Dentro do lote identificamos onde estão as unidades imobiliárias. Nesse caso é uma construção de três pavimentos, identificamos todas as áreas comuns, que no caso aqui são as escadas, os corredores de acesso e identificamos onde é a entrada de cada um dos domicílios. Então com esse croquis e essas informações do que é a área privativa de cada um, o que seria? Cada um tem direito a uma porcentagem do corredor de acesso das escadas. É como se fosse uma matrícula de um condomínio mesmo, de um apartamento. Você tem direito ao seu apartamento e um pedacinho de cada um das áreas comuns. Além de tudo você tem direito a um pedaço da fração ideal. Então nesse caso são sete domicílios aqui, ao invés de eu ter uma matrícula um sétimo de fração ideal para cada um dos sete, abrimos uma matrícula para cada um. Então a pessoa não fica ela não fica presa aos vizinhos. Abrimos a matrícula individual para ela, se ela quiser vender, colocar como garantia, ela vai onerar basicamente o imóvel dela e não o restante. Aqui sobre a lei, a outra lei, o outro decreto, ele fala, ele remete muito a esse curso todo, só que o que ele acrescenta é só essa questão das plantas de instituição de condomínio. É usado muito nos casos da COHAB, CDHU e dos empreendimentos construídos pela Prefeitura. E aí sim temos que especificar onde fica cada apartamento, todas as construções de uso comum e aqui tem que ser feita uma instituição de condomínio mesmo. Além de todos aqueles outros produtos que fazemos, temos que fazer essa planta de instituição de condomínio. **Sra. Vera:** Minha Casa Minha Vida? (sem microfone) **Sra. Cintia:** Normalmente o ideal é fazer ele lá na aprovação, ele ter todo esse condomínio instituído. Aqui é para os casos que foram construídos sem aprovação, então eles estão construídos irregulares. E usamos essa lei, esse decreto para regularizarmos essa situação. **Sra. Vera:** É crédito solidário, não é? (sem microfone) **Sra. Cintia:** Bom, aí eu não sei como você sabe dizer como foi feito a construção? Então, eu não sei dizer se se enquadra, mas eu acho que de qualquer forma, todo empreendimento que é feito em forma de condomínio, com prédios que não está regularizado, aplicamos isso aqui para abrir uma matrícula para cada apartamento. Até os Singapura antigos, tudo que foi construído irregular. Bom, e aí como o Eric falou também, todas aquelas plantas do perímetro, do parcelamento entre a instituição de condomínio, mandamos por escrito, o memorial é basicamente aquele desenho, só que escrito, a descrição dele, que é isso aqui que vai gerar a matrícula do imóvel. O cartório pega esse lá, lote 1 da quadra A, ele vai abrir uma matrícula com aquela descrição. E aí depois o projeto de regulação fundiária, que hoje é basicamente a CRF, que juntamos tudo aquilo que fizemos, explica, olha, era assim, fizemos tal coisa, e aí encaminhamos para o cartório com as plantas, com o estudo técnico, se for o caso, para o cartório concluir a regularização. E aí é feito lá em CRF com checklist para saber se todos os passos foram seguidos. Esse daqui, são instrumentos que tem na lei, as pessoas tinham um pouco de dúvida, que tem vários tipos de instrumentos, nem todos transferem a titularidade, mas aqui só para explicar, a Prefeitura trabalha basicamente, prioritariamente, com a legislação fundiária, que já leva para os beneficiários, a propriedade de cara. Existem outros instrumentos que ainda existem, no caso da legitimação de posse, CUEM e DRU, CUEM e DRU para áreas públicas, e legitimação de posse usamos para áreas particulares, não pode ser usado para áreas públicas. Pela lei federal, eu só posso usar a legitimação fundiária para aquilo que estava implantado até dezembro de 2016. A mesma data lá do que é possível regularizar em área de mananciais, serve para legitimação fundiária também. E aí esses daqui são provisórios. A legitimação de posse, eu levo para o cartório e depois de cinco anos eles convertem em propriedade. A CUEM DRU são concessões de uso que a Prefeitura pode suspender. **Sra. Isadora:** Em que casos? (sem microfone) **Sra. Cintia:** O que acontece, por exemplo, estava previsto um sistema viário e a pessoa ocupou, mas às vezes o quarteirão é muito grande e de repente a Prefeitura, pela mobilidade, pode querer abrir aquela rua mesmo e tirar aquela pessoa de lá. Nesse caso, provavelmente, a pessoa recebe uma CDRU, porque a Prefeitura pode cancelar depois essa concessão, levar a pessoa para um outro lugar e abrir aquela rua. Se eu dou uma legitimação fundiária, que é a propriedade, aí eu vou ter que desapropriar para abrir uma rua. Agora, são casos muito específicos, pouco usamos hoje em dia. Mas, nos casos que há áreas públicas construídas depois de 2016, precisamos usar ainda a CUEM DRU. Normalmente CUEM, porque a lei federal me proíbe usar a legitimação fundiária depois de 2016. E aqui são outros instrumentos que não são titulatórios, que podem ser usados não necessariamente o CRF que aplica, nem a SEHAB, mas depois de regularizado a pessoa pode entrar com usucapião daquele lote, pode receber em doação, pode registrar contato de compra e venda. E aí são outros instrumentos que dizem mais respeito às políticas públicas, mesmo à desapropriação, arrecadação de imóveis abandonados. Tudo isso é possível utilizar na REURB, mas o que usamos muito mais aqui é a legitimação fundiária. Ai são artigos da lei também. Isso que o Eric falou do artigo 69, as áreas parceladas antes do 79 são áreas muito antigas, já estão muito consolidadas. O que esse artigo faz? Ele simplifica um pouco o procedimento. Ele dispensa algumas aprovações e essa parte da aprovação ambiental, quando ele já está implantado antes de 1979. E aí no final aqui a aprovação e registro. Temos uma aprovação ambiental que é feita com base no estudo técnico, depois vem a CRF, o requerimento para o cartório,

mandamos as plantas. Hoje em dia não mandamos nem mais o LEPAC. É matrícula, estudo técnico, e a matrícula é isso daqui. Aquele memorial descritivo, quando o cartório reporta, é para fazer a descrição do imóvel. Depois fazemos a titulação. **Sra. Isadora:** Tenho mais dúvidas. Obrigada, Cintia. **Sra. Cintia:** Bem por cima, mas quando você vai aprofundando caso a caso, óbvio que surgem outras dúvidas. **Sra. Isadora:** Cintia, muito obrigada. Eu tenho mais duas dúvidas. As pessoas que têm mais de um imóvel, como vocês fazem? Porque elas não entram nessa questão de não ter mais. Vários imóveis no próprio núcleo. **Sra. Cintia:** O que acontece assim, a política pública de regularização ela é para combater o déficit habitacional. Então, gratuitamente, a pessoa recebe um único imóvel. Se ela tiver mais de um imóvel no mesmo núcleo ou em outros núcleos, tem um imóvel na Praia Grande. Então, esse imóvel, se está registrado no nome, ela já impede da pessoa receber gratuitamente. Então, ela entra como REURB E. Ela vai receber o documento dela desde que ela pague à custa no cartório. **Sra. Isadora:** Mas se forem várias casas no mesmo núcleo? **Sra. Cintia:** Independente de ser no mesmo núcleo ou no outro. Uma delas ela recebe gratuitamente, e as outras tem que pagar a custa. **Sra. Paulina:** O que ela perguntou ali a respeito dos imóveis que ficam sobrepostos, praticamente. Porque sempre um puxadinho do pai, da mãe, trabalho direito, eu sei como que é. É um terreno só. Mas os outros vão ter o mesmo direito? **Sra. Cintia:** Isso foi o que eu expliquei sobre o condomínio urbano simples. Normalmente conversamos com os moradores no momento do cadastro e identificamos se tem mais de uma casa no mesmo lote. É da família inteira? É de uma pessoa só? Se é um único proprietário, fazemos um único documento de propriedade para o lote inteiro. Agora, se tem mais de um proprietário, por exemplo, mora os pais, no outro mora os irmãos e o outro irmão. Normalmente conversamos com eles para saber se vai sair no nome dos pais do terreno inteiro ou podemos abrir três matrículas. Uma para os pais e uma para cada irmão. Então costumamos conversar muito com a população porque respeitamos a vontade da população. **Sra. Isadora:** Então, minha última pergunta. Não, são duas perguntas. Você falou sobre o uso da CUEM para ocupações pós-2016. Daí essas pessoas vão ficar com CUEM para sempre? É porque não tem como mudar a lei. Eu queria saber o que acontece. Isso é uma pergunta, depois tem outra. **Sra. Cintia:** Eu estou aqui faz 18 anos. Nesses 18 anos, eu já acompanhei a alteração dessas datas limite algumas vezes. Hoje, do jeito que está posto na lei atual, a pessoa continua com CUEM. Mas eu creio que futuramente vai haver uma alteração na lei para postergar essa data. **Sra. Isadora:** Mas essas pessoas mudariam de CUEM para a legitimação ou não? **Sra. Cintia:** Se a lei futura permitir, sim. Mas enquanto temos só essa lei atual, a pessoa continua com CUEM. **Sra. Isadora:** E a pessoa pode pedir individualmente, cada pessoa por si, pedir a transformação de CUEM em legitimação? Isso não existe ainda, não é? **Sra. Cintia:** Normalmente, temos vários casos que foram dados a CUEM, e já temos automaticamente convertido em legitimação fundiária. Nos casos que temos trabalhado a regularização dessas áreas que já tinham CUEM. **Sra. Isadora:** Última agora, prometo. O que acontece em perímetros que parte das famílias não aceita a reurbanização? **Sra. Cintia:** Todos os produtos são trabalhados para o perímetro inteiro. Se a pessoa não aceita, normalmente no momento do cadastro, ela se recusa a fornecer os documentos. O que é muito comum de acontecer. Este ano enfrentamos muito disso porque era ano eleitoral, as pessoas achavam que estávamos lá só por conta da eleição. Aquela pessoa fica como inapta na listagem de beneficiários, a gente abre a matrícula, mas não titula ninguém. E aí com a matrícula aberta, como eu falei, ela pode depois entrar com usucapião para esse lote, que já barateia um pouco porque a matrícula está aberta. Só que aí a pessoa vai ter custo para registrar. Ela pode registrar o contrato de compra e venda dela no cartório, baseado nesse lote, só que vai ter custo. A grande diferença é essa. Quando a Prefeitura faz, fazemos e trabalha basicamente com REURB S, e a grande maioria recebe a documentação gratuitamente. Mas a pessoa não é obrigada a fornecer, mas de qualquer forma, trabalhamos para o núcleo inteiro e para na abertura da matrícula do lote. **Sra. Paulina:** Então, como você falou que muita gente se recusa a entregar o documento, eu tive esse problema na pele, já passei com as comunidades, com a própria comunidade agora, faz pouco tempo. E tem um pai, tem uma mãe, tem um irmão, tem um filho, é o estado dos puxadinhos, que ficam os puxadinhos. Ai você vê a situação que salva a matrícula só no nome de um, mas lá no local eles fizeram todos, praticamente. Numerou todos. E, por acaso, agora com esse projeto que vocês estão aí agora, pode mudar completamente. Não é isso? Porque o Lidiane, tem até quarto, tem casa lá que parece que é um prédio, mas só que é família. Ai que sai só uma matrícula, fica difícil, porque mesmo que a esposa ou o esposo podem argumentar em cima, é a família, entendeu? Mas tudo bem. **Sra. Cintia:** Mas aí, nesses casos, no momento do cadastro eles têm que comunicar, como eu vou fazer? Eu quero que saia no nome de uma pessoa só, eu quero dividir em várias pessoas, eles perguntam. **Sra. Paulina:** E lá eles já estão cadastrados. Os puxadinhos já estão todos cadastrados. O Lidiane, chama a comunidade da Paz. Ela já está toda cadastrada. O primeiro, o segundo, o terceiro, é A, B, C, D. Vai embora. Quer dizer, que muda praticamente que prejudica a população. **Sra. Cintia:** Mesmo eles estando cadastrados, essa opção por fazer o condomínio urbano simples, no momento de levar registro, vamos levar essa especificação. Porque todo esse cadastro que eu mostrei, ele compõe uma lista depois, e vamos fazendo estudo jurídico disso. Quantas pessoas tem no lote, quantos domicílios, vamos decidindo como fazer. Em alguns casos, as pessoas optam por fração ideal. Então, depende do que cada família vai optar. Mas alguma coisa? **Sra. Isadora:** Uma curiosidade. Por que vocês não fizeram direito de laje? **Sra. Cintia:** Direito de laje, ele envolve a estabilidade das estruturas da construção. Então, quem teria que

assinar a estabilidade de uma auto de construção? Eu, como arquiteta, não assino. Não conheço nenhum arquiteto, engenheiro que assinaria a estabilidade de uma construção que não acompanhou, não fez o projeto e não acompanhou como foi essa construção. Então, a grande diferença do condomínio urbano simples e direito de laje é isso. No condomínio urbano simples, estamos reconhecendo que existe uma moradia lá, e o que mandamos da área é uma estimativa. Esse condomínio urbano simples foi construído com cartório, está sendo construído de junho para cá, e já tem três cartórios, quatro cartórios que já estão aceitando o condomínio urbano simples. Mas temos construído diretamente com eles para saber sobre a necessidade deles. E é basicamente isso. No condomínio urbano simples eu não reconheço a estabilidade da construção, apenas que existe uma construção lá e a gente não regulariza a construção. E no direito de laje envolveria essa assinatura da estabilidade. **Sr. Nilson:** Agora é o item 3. Apresentação do Orçamento da Habitação de 2024 e ações para o exercício de 2025 - SEHAB e COHAB. **Sra. Queila:** Boa tarde a todos e a todas. Bom, inicialmente, na reunião passada, a gente já fez a apresentação do orçamento. Eu vou passar bem rapidinho, porque acho que a prioridade aqui é das áreas poderem expor o que cada área executou durante o ano e o que está previsto para 2025. Então aqui é a execução da proposta orçamentária 2025, de SEHAB e de COHAB. Esse material que foi apresentado na Câmara dos Vereadores. Aqui só um detalhamento do que está orçado, atualizado, saldo, empenho. Se vocês tiverem alguma dúvida, também podem perguntar. Aqui é a execução orçamentária de 2024, por órgão, por posição. Aqui é só para expormos um pouquinho aquilo que foi orçado desde 2021 até 2024. Então temos um orçado de 1.849 bi em 2021, 3.781 bi em 2022, 5 bi em 2023 e 7 bi em 2024. Então houve aí uma crescente de 2021 a 2024. O que foi empenhado. Então, em 2021 1.115 bi, em 2022 também uma crescente de 1.925 bi, quase 2 bi, 2023 empenhado 3.480 e em 2024 5 bi. Então também uma crescente daquilo que foi orçado e daquilo que foi empenhado e executado, que será executado. O que foi liquidado, também de 2021 1.019 bi, 2022 1.025 bi, 2023 3.258 e em 2024 3 bi. Bom, aqui é mais ou menos uma previsão. Quando estávamos lá na Câmara até 29 de outubro, então tínhamos aí orçado no ano de 2024 7 bi, empenho 5 bi. E temos esse saldo de empenho, mas que não quer dizer muita coisa, o saldo, porque existem alguns empenhos que serão feitos agora no mês de novembro e que também serão liquidados ainda no ano de 2024. Aqui ele está falando só até 29 de outubro. Então, aqui é um pouquinho orçado de 2024 e as necessidades de SEHAB que foram levadas para a Câmara dos Vereadores como orçado de 2025, a PELOA de 2025, então a gente orçou em 24, 7 bi e a previsão para 2025 de 8.944 bi, então quase 9 bilhões, um acréscimo aí de 28%. Foi o que a gente solicitou. Bom, aqui colocamos alguns números só para vocês entenderem um pouco do trabalho que vem sendo desenvolvido, então as unidades contratadas 58.000, total de unidades com obras de andamento 27.000, Pode Entrar Aquisição 9.000, entidades 3.000, Pode Entrar Empresas 1.568. Unidades habitacionais entregues entre 2021 até setembro de 2024, 10.348. Em 2024, 416. Famílias indenizadas 407, famílias em auxílio aluguel 24.444, famílias que receberam auxílio mudança 1.734, famílias que receberam cartões emergenciais 3.806. Aqui falando um pouco de regularização, entre 2021 até setembro de 2024, 30.701, em 2024, 5.158. E as famílias beneficiadas com procedimentos de regularização em andamento, ainda porque aqui também está só até setembro, então temos até dezembro para concluir. Em andamento de CRF 149.364 e finalizado 5.685. Aqui a proposta orçamentária da PELOA de 2025, então considerando todas as fontes de recursos, SEHAB, FMSAI, COHAB, FUNDURB, FMH e FMND e as operações urbanas. Então, um pouco separado por tipo, então mananciais, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanização e assentamentos. E a proposta orçamentária total. Aqui também separadas a composição dos recursos da proposta de SEHAB. Então aqui também por fundo, total geral o mesmo valor. Aqui também a origem e aplicação dos recursos. A maioria que vocês podem observar é o Pode Entrar, 4.197 bi. Aqui um pouco separado por projeto, obra, regularização fundiária, trabalho social, desapropriação. Então o que temos em projeto de urbanização e obra, provisão habitacional, projeto e obra, regularização fundiária, 369, e trabalho social, 187. Aqui um pouquinho a gente quis demonstrar aquilo que está em andamento. Então, o a contrar é somente o que está em azul, o que está em verde é o que já está assinado em andamento e o que está em cinza é licitação, desapropriação, pacote licitatório, suspenso ou paralisado. Então dá para observar que o assinado em andamento tem praticamente todo o orçamento. Então o que a gente solicitou realmente é algo que precisa ser aprovado, daí porque as obras e os projetos estão caminhando, tanto de urbanização e de provisão habitacional. Então precisamos cumprir com aquilo que já foi contratado. Aqui também o status do investimento, do Pode Entrar separado. Vocês vão receber o material também se quiserem olhar com calma, se tiverem alguma dúvida também. Status do investimento solicitado por COHAB. Do mesmo jeito que fizemos por SEHAB, aqui também está para COHAB. Então a COHAB tem a Contratar em andamento 36%, pacote licitatório um pouquinho menos e outros 18%. Aqui recursos encaminhados no projeto de lei, por fonte de recurso. Aqui a gente demonstra um pouco que quando a gente foi para a Câmara o que tinha sido disponibilizado pela Secretaria da Fazenda era o valor de 3.760 bi. Então a gente pediu 8.944 e a Fazenda inicialmente tinha disponibilizado 3.760 bi. Então temos aí a diferença desse valor na pressão. Então aqui também separado por mananciais, provisão habitacional, regularização fundiária, urbanização e assentamentos precários e custeio. E aqui algumas questões que a gente vem trabalhando, a continuidade do programa Pode Entrar, contrapartida financeira para a provisão habitacional, continuidade das obras da produção habitacional, atendimento às ações

judiciais, continuidade das obras de urbanização, gerenciamento de obras sociais e regularização fundiária, aplicação dos recursos para intervenção das áreas de risco. Aqui colocamos alguns motivos para que tenhamos o valor total solicitado por SEHAB à Câmara dos Vereadores. Os processos concluídos, obras em andamento, projetos em andamento, as licitações previstas, total de empreendimentos no período. **Sra. Vanessa:** Boa tarde a todos. A maioria de vocês me conhece. Meu nome é Vanessa, eu sou diretora de projetos da Secretaria, e eu vou falar um pouquinho dos nossos projetos. Primeiramente, a gente apresentou os panoramas que a Queila acabou de apresentar, para mostrar um pouco do que estamos pedindo, por que estamos pedindo esse dinheiro. Temos processos concluídos, são 30 processos concluídos de urbanização, unidade habitacional, aquisição de terrenos para atendimento das demandas que temos, seis contratos de obra, contratos de urbanização que são ambientais, e cinco reformas. Vamos mostrar com mais detalhes para vocês na sequência. Estamos com 34 obras em andamento, onde temos, no total, 18 projetos na Secretaria e 39 licitações, num total de empreendimentos 121. O que aconteceu? Nesse resumo que temos, do lado esquerdo aqui, vocês podem ver. Você tem as aquisições de terreno, as aquisições de terreno que já foram concluídas, o WPA, que foi uma questão do licenciamento, a urbanização. Então, a gente já vai começar agora com a licitação de obras do WPA. Então, temos os processos em andamento de projetos, que é o Parque Florestal, Elisa Maria, Alto Vila Prudente, Jardim Colombo fase 2, as obras da Operação Urbana Água Espirada, Lote A, B e C, Jardim Colombo, trecho 2, Panorama, Vila Ema, Alexandrino, Sanfona, estacionamento Sacomã. Daqui para cá são as aquisições de terreno para atendimento das demandas que a gente vem atender nas urbanizações que precisam atender as famílias. Muitas vezes a gente não consegue atender no mesmo local, precisamos fazer a remoção e atender essas famílias junto ao trabalho social. E, para trazer de volta, temos que buscar terrenos para fazer esse reassentamento. Então, isso já vem sendo feito para que possamos dar essa continuidade. **Sra. Fátima:** Meu nome é Fátima Santos, sou do Movimento de Moradia da região Sudeste, filiada à União dos Movimentos de Moradia. Quando vocês estavam colocando e falou o valor dos orçamentos e me chamou a atenção aqui na questão do valor do orçamento para aquisição e do valor do orçamento para as entidades PPP. Porque é uma diferença muito grande que está dando. Uma diferença de mais de nove bilhões e pouco para três bilhões e pouco para as entidades. Está dando uma diferença de 6 bilhões. E aí dentro do programa Pode Entrar, está dentro do programa, dentro da lei, que 40% é para entidade e 40% é poder público. E, se não me engano, 30% seria construtora. E, quando entra no orçamento aí, não está entrando aqui o valor das entidades que deveriam estar. **Sr. Nilson:** Fátima, quando está entrando aqui Programa Pode Entrar, está entrando um total geral. Não está discriminando aqui se é a entidade ou se não é, essa denominação que você está falando, 9 bilhões. 9 bilhões é o orçamento total da Secretaria **Sra. Fátima:** Mas quando você coloca aqui aquisição, você está vendo o valor da aquisição. Aquisição não é entidade. **Sr. Nilson:** Aquisição é um outro tipo de situação. **Sra. Fátima:** Eu sei o que é aquisição, gente. Não é entidade. Só estou questionando aqui. **Sra. Vanessa:** Vou te explicar. **Sra. Fátima:** Então, me explique, por favor, para eu poder entender, porque quando vocês colocaram aqui, dava para parecer que é entidade. **Sr. Nilson:** Inclusive, naquele aquisição de terreno, que estava aquele slide que você estava passando ali, estava até o próprio Parque Boa Esperança do Pode Entrar, porque tem 10 empreendimentos vinculados a ele. **Sra. Vanessa:** Deixa eu só explicar uma coisa. O que eu estou falando de aquisição de terreno é que vai voltar o slide. Vamos apresentar de novo. As aquisições de terreno que estamos apresentando da Secretaria de Habitação são aquisições de terreno para atendimento das urbanizações. São para as urbanizações e para as provisões habitacionais, que são demanda. Inclusive, eu tenho aqui para cada uma das áreas que da SEHAB. O Gregório Alegre, por exemplo, atendimento habitacional do Morro do S4. Ai tem o Viela da Paz do Luiz Migliano, que é um TAC, que é um Termo de Ajustamento de Conduta que eu fiz atender o Viela da Paz. Os pontos Gauchescos é o Pai Cordeiro I. Então, estou mostrando para vocês que são as nossas áreas que estão para intervenção em projeto ou em urbanização, que já está em curso, para que possamos vir atender as demandas para que a gente não tenha, por exemplo, se precisar remover você daqui e você tem que ser atendido, para onde você vai? São os caminhos de vinculação que vão ser feitos posteriormente para atendimento das famílias. Então, estamos buscando terrenos para atendimento. Não é a aquisição do Pode Entrar. Só para deixar esclarecido isso. **Sra. Fátima:** Estacionamento Sacomã? **Sra. Vanessa:** Esse estacionamento do Sacomã é para atendimento de uma das áreas do Território CEU, que estamos buscando uma área maior para atendimento. Só que é uma área desse estacionamento que estamos fazendo uma análise de viabilidade. Ele está em andamento aqui, o estacionamento Sacomã. Estamos fazendo um estudo de viabilidade para a aquisição dele. Então, estamos fazendo esse estudo. Aqui são os projetos que estamos em processo de licitação. Então, temos o Cipoaba, que já está andando, Chorões da Tia G, Contos Gauchescos, Adelino Fontoura, José Dias. O José Dias, Luiz Migliano e Herbert Smith é uma grande área, que é quase mil unidades habitacionais para podermos atender uma gama maior de famílias que tem na zona sul. **Sr. Nilson:** José Dias é do Colombo. **Sra. Vanessa:** José Dias é do Colombo, mas o Luiz Migliano e o Herbert Smith também são na zona sul. Só que eu não estou lembrando a localização exata para passar para vocês. Mas depois verifico isso, Fátima. Ai temos o Território CEU, que é uma ação junto com a CPEP, que é uma ação integrada com educação, ações integradas, interSecretarial, para que possamos fazer no Território do CEU, é o Pai Jardim Japão, que está vinculado a algumas... São quatro áreas. É o Pantanal, La Pena, o Parque Novo Mundo e o

Pinheirinho d'Água. Ai o Morro do S4, que já estamos na primeira etapa, que faz parte do PAC, desse segundo PAC que saiu. Jardim Três Poderes, Elizabeth, Jardim Santo André, Giovanni Nasco. Até aqui tem unidade habitacional, que é provisão. Esses aqui são provisão habitacional. Aqui é urbanização. E aqui estamos com unidade também, que é o Maria Virgínia, Jardim Puris, Horto do Ipê, Domenico Martinelli, o Pinhalzinho, o Vila Ema e o Ocupação Alexandrino. **Sra. Fátima:** Operação Urbana qual que é? **Sra. Vanessa:** Operação Urbana é Água Espraiada. Operação Urbana Água Espraiada. São três lotes, que é o lote A, B e C. Agora o número das áreas, aí você me pegou, porque eu tenho que pegar minha listinha lá e eu não trouxe. Aqui são as obras. Então temos as obras concluídas, que foram Ponte dos Remédios, Bambu Rao, Lidiane, Taipas, Flores, Favela do Violação. WPA, fizemos a remoção de entulho, análise arqueológica da área para poder fazer. Então já temos esse trecho já executado para poder fazer a obra. Viela da Paz, Real Parque. O Real Parque é uma reforma. O Real Parque é um empreendimento já construído há muito tempo, teve a reforma. Tem a imagem aqui para vocês verem. Sabesp II, Heliópolis Gleba G. Esses dois são tudo Heliópolis. Tanto Sabesp II, como Heliópolis Gleba G é tudo Heliópolis, na Zona Sudeste. Lidiane e Ponte Baixa B. O que está em andamento hoje? O Coliseu, Jardim Vitória, Jardim da Paz, Córrego da Mina, Parque das Flores, Alfredo Ávila, Paladino, o Zaki Narchi, que é reforma, monitoramento e extração de gás. Isso aqui é uma questão que tem que ser feita, junto com a COHAB, inclusive, o monitoramento do gás. **Sr. Nilson:** Nós estamos do outro lado da rua lá. **Sra. Vanessa:** Chácara Bela Vista, Água Branca, Residual Esmeralda, Sapê, Domenico Martinelli, Colombo, Córrego Antonico, Sanfona, Vila Andrade, Sabesp I, Condomínio 3B e 4, e o 3B do Sabesp II. E a reforma da quadra do Heliópolis. Como sempre mostrando, temos a Unidade Operacional do Coliseu, as urbanizações, tem a reforma, City Itaberaba, Jardim Aurora. Isso é obra. Aqui é resumo das obras. O outro era de projeto. Esse é de obra. O City Itaberaba, Jardim Aurora, Arantes, WPA, que são as unidades operacionais do centro, no WPA. Vergueirinho, o City Jaraguá, Corruínas e o Jardim Panorama. **Sr. Vera:** City Jaraguá é tudo? **Sra. Vanessa:** É a reforma. É a reforma do City. É porque vamos fazer a regularização desse empreendimento. Então, os empreendimentos que estão em reforma, a ideia é que venhamos fazer a regularização fundiária deles posteriormente. Esse é um vínculo que está sendo feito, estamos fazendo em conjunto com o CRF. É CRF e obras. Aqui são as localizações dos setores. Para vocês darem uma olhada, vou passando e já mostrei para vocês um pouco do cenário de resumo. O setor I é a zona norte, centro, leste e oeste. Aqui o Elisa Maria. Como já mostrei para vocês lá no resumo, estou mostrando um pouquinho das áreas para vocês que são as urbanizações. Aqui o Elisa Maria. Aqui o Jardim Elizabeth. Douglas Rodrigues, que é uma área bastante adensada. O Três Poderes, e o Cipoaba. Aqui o Recanto Verde. Aqui o Jardim Vila Bela. Aqui são todos os projetos de urbanização. Vamos lá. Tem o Jardim Santander. Tudo que está em amarelo é o perímetro. O perímetro é o pedaço que vamos fazer a urbanização. É a fatia de bolo que vamos abraçar para fazer essa urbanização. Então, estamos aqui. Jardim Santander, Parque das Flores, Limoeiro, Alto do Lajeado, Vitória Régia e Jardim Corisco. Aqui são os exemplos de projetos de cada área que estamos em provisão. O que está em vermelho aqui são os perímetros dessa intervenção para a construção. Aqui, no Abel, são 862. No Chorões da Tia Gê são 136. No Território do CEU, um trecho são 192. Aqui no Alexandrino, são 138. No Vila Ema, 202. E aqui, mostrando para vocês como estávamos falando, trechos de aquisição de terreno. Aqui é para uma conexão viária. Aqui é para a construção de unidade, acho que é o Hotel Augusto. E agora vamos mostrar um pouquinho das obras para vocês, que são os vídeos que têm as informações. Se precisar esclarecer mais, tenho os dados aqui. (Mostra vídeo) **Sra. Vanessa:** As unidades todas, seguem um padrão de HIS, que são 50 m². E, quando você tem a unidade de PNE que temos que atender, hoje a legislação da LBI, que é de inclusão, onde você tem 3% adaptado e o restante tem que estar adaptável para que você possa fazer essa regulação, caso venha a ser necessário depois. E os prédios todos têm provisão, dependendo do número de unidades, tem provisão de um ou dois elevadores. Ai um você já deixa instalado, dependendo do número de unidades. Agora não lembro a quantidade de unidade para ter já os dois instalados, eu não vou lembrar agora, mas eu posso checar e posso mandar para o pessoal do CMH. Tem um número de unidades que você chega, passou de seis, se não me engano, ou oito, não me lembro, você tem que já deixar os dois instalados. Fora isso, você tem provisão de um instalado e um outro previsto. Mas a unidade habitacional é de 50 m². **Sra. Vera:** (sem microfone) **Sra. Vanessa:** Mas aí são as normas de condomínio que vocês vão cuidar, você vem a fazer dentro do condomínio que vai ser estabelecido. Aí é o regimento interno que vai definir e decidir se vem a ser instalado ou não posteriormente. Então, assim, no primeiro você faz a provisão e uma instalação. Mas, por exemplo, todos esses são dois elevadores, pelo número de unidades, você não tem como ter. **Sra. Paulina:** Olhando assim, praticamente, o Lidiane, que ficou mais de 12 anos parado, o outro empreendimento e o Paladino, porque ficou muito tempo parado. É uma coisa que a gente está vendo que está andando, graças a Deus. **Sra. Vanessa:** Andando, finalmente, conseguimos dar continuidade. **Sra. M^a Teresa:** Gente, boa tarde. Meu nome é Maria Teresa. Estou na Secretaria Executiva do Programa Manancial. Eu vou tentar passar rápido aqui porque já adiantamos a hora. E parabéns, Vanessa, pelo trabalho. Tanta coisa bonita, não é? Fiquei muito feliz de ver. Então, a nossa Secretaria cuida das áreas que estão na Represa Billings e Guarapiranga. O que está pintado em amarelo são as áreas de urbanização das nossas comunidades. E o que está em vermelho são as áreas dos conjuntos habitacionais. Nestec ano, nós estamos com 32 obras em andamento e vamos atingir, beneficiando mais de 34 mil famílias.

4.008 unidades em obras, 68 entregues. Isso deste ano. Nós entregamos também mais 1.500 no começo da Secretaria. E entregamos os termos de vinculação, que são os documentos, os termos de quem saiu de uma área de urbanização, uma frente de obra, por ser em risco, uma área frágil ambientalmente, e vai para um conjunto habitacional nosso. Para 2025, estamos planejando 54 obras. Então, tem um aumento de 68% do que vimos fazendo. Isso é traduzido porque, no começo de 2021, quando a Secretaria foi criada, estávamos na pandemia. Tinha tido uma paralisação dos trabalhos de urbanização. E, até retomarmos, fazendo as visitas, a Vanessa fez parte da nossa equipe. Tivemos um trabalho árduo durante a pandemia, mas conseguimos, então, engrenar. Isso é fruto dos quatro anos de trabalho coletivo. Então, 6,4 mil unidades habitacionais em obras e mais um aporte de 3.200 para ser entregue. As nossas justificativas, as cargas poluidoras, a gente fala bastante das águas, o quanto o bem é valioso. Aí vem a falta d'água, vem o problema de falta de chuva. Todo mundo fica desesperado. Eu tenho repetido que a falta de água na periferia é todo dia. Então, essa é a nossa justificativa número um. Precisamos sanear, e o saneamento faz parte do carro-chefe do nosso programa. Aqui umas fotos um pouco dramáticas das situações. Uns canos de esgoto jogando nos caminhos d'água. Os córregos nas nascentes. E as casas também ficam vulneráveis. Justificativa dois. Temos oito contratos que são projetos e obras. Estamos na fase três do programa. O programa vem desde a década de 1990. A nossa supersecretária, Elisabete França, esteve com a gente até começo do ano. Agora ela está em SMUL e Licenciamento, e todos nós aqui caminhamos juntos. E temos oito contratos com saldo ainda de 2 bilhões e potencial para fazer. Então, é a nossa justificativa. Temos esse instrumento na mão e a gente quer usar ele até o final. E aqui algumas fotos. Temos casas em risco. O três é o alto e o quatro é o muito alto. Então, temos um contingente muito grande de família nessas áreas. Isso dá perda de vida. E, graças a Deus, a gente não teve nenhum registro. Isso já é fruto do trabalho que vem ocorrendo. Aqui mais algumas fotos. Aqui a casa caiu. Infelizmente, teve atendimento anterior. Então, não registramos nenhum tipo de dano à vida humana. E agora vamos passando por subprefeitura. Temos aqui a divisão. Esses mapas são mais ampliados. Então, quem tiver dificuldade, vamos aproximando. Pode passar. Aqui é o Alto da Alegria. É uma área de risco supergrave. É uma área de urbanização. Mas, praticamente, vamos ter que remover todo o morro. Porque embaixo tem uma camada de lixo, de entulho. E não dá para deixar as famílias. Porque o morro pode escorregar de uma vez. Então, temos, ao mesmo tempo, as obras de contenção, a canalização de córrego e as unidades habitacionais. Parte das famílias já estão morando nas unidades, e parte está no aluguel. Nessas áreas que a gente vem fazendo projetos e obras, terá uma unidade básica de saúde. E nossa Secretaria tem dialogado muito com as Secretarias de Educação e Saúde. A do Verde, por conta dos parques lineares, e as subprefeituras. Aqui, por subprefeitura, a Capela do Socorro. Famílias beneficiadas, 729 com a urbanização. E o número de unidades habitacionais, 400. E o valor de investimento. Temos gasto por ano na ordem de um bi. É um investimento importante. O prefeito e tudo o que a gente pediu em orçamento, o FUNDURB, a Bete tocando isso, a gente sempre tem conseguido. Porque a gente mostra que tem gasto de dinheiro. E ele está sendo muito bem-vindo para as famílias que mais necessitam. Aqui, o Boulevard da Paz também é uma outra área de risco gravíssima. Diversas ocorrências. Ação civil pública, infelizmente, parte será urbanizada e regularizada com a aula que foi dada pela Cintia e pelo Eric, que vão receber os títulos. Parte vai morar nos prédios, como vocês estão vendo ali em obra. Vai ter também uma unidade básica de saúde. O córrego já era canalizado, então tem uma revitalização. E a obra de contenção atrás dos prédios, que a gente quer que se torne uma área de parque, para não ter uma nova ocupação. Famílias beneficiadas, mais de 2.539 unidades. E a gente vem avançando bem com as obras. Todos eles, vocês vão reparar, têm embaixo o que a gente investiu e o quanto falta para investimento. Aqui, o Cantinho do CEU, o nosso parque mais famoso. O Cantinho é mundialmente conhecido. É um exemplo de projeto bem-sucedido. Ele foi premiado em Bial de Veneza, etc. Agora que temos também a chegada do transporte público hidroviário. Então ficou ótimo, porque para quem vai passar num dia de domingo, que você não paga a tarifa. A obra do Cantinho é para a saúde mental, não é só física. É tão importante a gente desligar um pouco da nossa rotina aqui em São Paulo. Mas quem olha as fotos do Cantinho não imagina, a não ser que conheça a área, que toda a borda da represa era ocupada. Tudo isso aqui era tomado de casas em todas as suas etapas. Temos mais de sete quilômetros de parque e eram casas com água até a tampa. Agora deu uma secada na represa, mas, quando assumimos em 21, tinha água com a casa no teto. Então, essas adaptações climáticas, são os dramas que a gente vive também aqui na nossa cidade. E aí a gente vem adequando, colocando equipamento público não só para o transporte hidroviário, mas para o atendimento das famílias. Então, as unidades básicas de saúde têm usado para cuidar da saúde da mulher. Tem a parte festiva e beneficente. Quando tem o samba da Clarissa todo primeiro domingo, eles arrecadam alimentos. Tem o grafite que tira parte do mau caminho quando a gente não tem uma agenda para a nossa juventude. As agendas que não são benéficas acabam seduzindo. Então, temos que ter agenda pública cultural para as nossas crianças. E aqui a gente vem inserindo equipamentos. Um equipamento de saúde, vai ter um equipamento que alteia, que é como se fosse um espaço público de formação e de organização, que vai trabalhar a questão de geração de renda também. No Cantinho temos visto que as famílias têm voltado a estudar, voltado a fazer faculdade, em especial de nutrição, para fazer vendas de hambúrguer artesanal. Então, tem uma rede social muito quente aqui no Cantinho do CEU. Aqui o valor investido, R\$ 299 milhões. E falta a gente investir ainda R\$ 65 milhões. Pode passar. Aqui o Cocaia 1 é um parque que está em

obra. É uma canalização de córrego. E na lateral dele vai ter também a parte de lazer e recreação e meio ambiente. E as contenções da margem. Já foi investido R\$ 74 milhões e falta investir ainda mais 108. Nessas áreas temos algumas dificuldades de remoção. É uma área DEMAI, é uma área bastante perigosa. Então, a equipe social faz um trabalho prévio, permanente, posterior. Tudo que venho mostrando desde os primeiros slides. O trabalho social percorre todos os eixos do programa. Aqui na Estrada do Alvarenga, trabalhamos o Guaicuri, que está nessa linha, e o Primavera, que está nessa. Aqui, no começo do ano anterior, teve uma queda do muro da EMAI. EMAI é a empresa metropolitana que cuida das represas. E corria um risco muito grande de cair em pessoas, ônibus. E aqui passa a maior rede de gás encanada do ABC. E isso podia trazer uma tragédia. Então, o prefeito foi, de fato, junto com todos os Secretários, na hora, visitarmos. E entramos com a obra. A mídia deu destaque à duplicação, mas o que a gente enfatiza é toda a infraestrutura. A gente ia fazer a drenagem, rede de esgoto, rede de adutora de água, porque isso tudo aqui faz parte de um complexo, que é o Primavera, o Guaicuri, Alvarenga. Então, a gente aproveitou para duplicar esse trecho, mas o restante da duplicação não é escopo da nossa Secretaria. Então, aqui tem uma soma de esforços. Aqui, algumas fotos da obra. E aqui os investimentos. A gente já investiu R\$ 88 milhões com obras de infraestrutura. O Guaicuri está naquele eixo dos córregos que foram apresentados. A Vanessa também fez parte dessa coordenação. Então, aqui tem a urbanização, muito parecido com alguns projetos que ela mostrou anteriormente. E as famílias saem e voltam a morar no mesmo lugar, as unidades habitacionais. Tem um deles que tem creche também, junto ao térreo do edifício, como foi mostrado nos projetos da Secretaria de Habitação. E a gente, então, vai fazendo etapa por etapa. Remove, vai para o aluguel e vai liberando frente de obra. Investimos mais de R\$ 153 milhões e falta investir R\$ 93. Justamente porque esse processo de remoção não tem sido fácil. Então, a gente não tem um terreno limpo. Tem que ir com calma e ir fazendo o atendimento família por família. Aqui é uma outra área, do lado da Guarapiranga, que eu mostrei anteriormente era na Billings. O Ângela Lar Novo Lar, uma área de risco grave também. Estamos em obra com a canalização do córrego, construção do parque linear e contenção. Então, todas as nossas obras, vocês podem ver que eu repito. Canal de córrego, canal aberto, lazer, meio ambiente, equipamento. Faz parte de um contexto que é como se fosse construir um pedacinho do bairro novamente. Já investimos R\$ 44 milhões. Falta investir na ordem de aproximadamente R\$ 9 milhões. Aqui, o maior conjunto habitacional em obras da cidade, o Cocaia João Cabanas. O prefeito rebatizou. Vamos atualizar os slides do Conjunto Nova Brasil. E vamos homenagear os estados brasileiros com todo o nosso povo que vem migrando e trabalhando e fazendo parte da nossa mão de obra. Aqui está em construção o CEU, uma unidade básica de saúde, duas creches e o parque linear que está ao longo do córrego, do Reimberg e do afluente dele. Então, é um dos maiores conjuntos aqui da nossa região. E ele abriga quem? As famílias que estão em áreas de risco, áreas vulneráveis, ambientalmente frágeis. Aqui tem um convênio com o Estado, com a CDHU, e já investido R\$ 354 milhões. Nossa Secretaria tem convênio com a Sabesp, que foi o último assinado. Agora que privatizou, o escopo está com eles. Tem convênio com a CDHU, tanto com aporte de recurso, ou para fazer a regularização fundiária, ou para liberação de construção em área deles. Então, temos uma parceria importante com o Governo do Estado. O Monte Verde é uma outra área. Esse aqui está voltado na Billings, assim como o Cocaia, o Novo Brasil. Também é parque e remoção de áreas de risco. É uma área que estava bem degradada ambientalmente e a ideia é reconstruir, desenhando um parque que fique tão bonito quanto o Cantinho do CEU. Aqui os equipamentos de esporte e lazer, contenção e recuperação ambiental. Investidos mais de R\$ 148 milhões e agora faltam 15. Morro dos Macacos é uma área superperigosa. Superperigosa. Já foi palco de muita coisa difícil, de ação civil pública, de tragédia. É uma área que estamos atuando neste perímetro e este aqui está fora. É o Córrego da Saúde e temos dito para os moradores da região que isso aqui tem que entrar em um novo contrato, porque não está no nosso contrato. É uma área bem perigosa porque tem famílias em risco no R3, no R4. E nós em um dado momento até, eu fui junto com a Elisabete França na Prefeitura de Diadema, para vermos se cuidamos disso entre as cidades, porque é um problema super grave. Não dá para perdermos a obra como perdemos da outra vez. Reocupar e todo investimento, toda segurança, não queremos que isso ocorra de novo. Então, todos os esforços são para que entre o restante da área que não está no perímetro de contrato. Investidos mais de R\$ 108 milhões e para o término dessa obra faltam mais R\$ 10 milhões. O Vargem Grande é uma área da cratera de Colônia, uma área tombada de patrimônio. Ocorreu um fenômeno de cair de um meteoro e isso criou um vazio muito grande. Muitas pessoas não conhecem essa história do nosso "astroblema" na cidade. E a gente vem cuidando com a remoção das famílias nas áreas que não têm possibilidade de coleta de esgoto, implantação de parque. Parte do que era o Museu a Céu Aberto, que é um projeto muito bonito, da Adriana Levisky, quando foi interrompido pelas ações do programa, ele se perdeu. Então, estamos tentando recuperar, mas também cuidar das pré-existentcias do que as famílias fizeram de benfeitorias nesse momento. Então, tem a recuperação das praças, implantação de água, de esgoto e do parque que a gente vem dialogando com o Verde. E a regularização fundiária. Então, estamos no meio a meio do investimento, quase R\$ 50 milhões, faltando mais R\$ 40 para terminar toda a obra. O Vila do Sol, essa é uma outra parceria com a CDHU. O terreno era da CDHU, é do Estado, e o projeto também. Então, eles estavam sem a possibilidade do recurso e nós tínhamos. Então, fizemos um convênio e está construindo 329 unidades aqui, que vão atender as nossas famílias da região. Já

investido R\$ 65 milhões, faltando R\$ 20 para o término da obra. O Vila Nordeste é um conjunto muito especial. O prefeito tem muito carinho por ele. Ele era um terreno que era da Prefeitura, ainda não tinha uma destinação, e a Elisabete, que é muito rápida, falou, vamos propor de fazer unidade. Ele fica do lado do CEU, na Baronesa, e vai receber todas as famílias que retiramos, deixamos no aluguel, que liberam as nossas frentes de obra e elas não têm como voltar. Então, aqui, ele não tem destinação de equipamento público porque ele é uma área menor. Ele vai ter um condomínio de lazer, área de brinquedos, biblioteca. E aqui, o prefeito, em uma visita, gosta sempre de contar. Chamou os operários da obra para verificar de onde as pessoas vinham, da Bahia, de Alagoas, do Piauí. E cada bloco vai ter uma homenagem ao trabalhador, a biblioteca também. Estamos fazendo um pórtico em homenagem a todos os imigrantes, que é um pórtico como se fosse da tradição nordestina, como se fosse uma alusão ao CTN. Então, é um conjunto que está ficando bem bonito. Quem passa na Baronesa deve imaginar que é uma tenda, um MRV, mas é uma obra pública com muita qualidade de projeto e depois entrega para essas famílias. Investidos R\$ 64 milhões, e aí falta quase R\$ 17 milhões para terminar. E aí, encerra a parte nossa por aqui. Então, dos mananciais, já abrimos, não sei como vocês querem fazer a dinâmica. **Sr. Nilson:** Pode abrir, Secretária. Alguém tem alguma dúvida para esclarecer? **Sra. Mª Teresa:** Se vocês tiverem dúvida, ficamos aqui à disposição. A apresentação também faz parte de entregar para vocês. Podem olhar com calma. Podem olhar os dados com calma. Se quiserem marcar de visitar, temos muito carinho pelo trabalho. É um trabalho que acreditamos, porque ele tem uma reconstrução ambiental, social e urbana, que é o que as nossas mudanças climáticas têm pedido na nossa atualidade. Por hora, agora, estamos sem chuva e as respras secam. Por hora, chove e aí isso sobe. Então, entendemos que a chave da história é que cada comunidade tem seu projeto, mas todas elas trabalham os mesmos eixos, como vocês puderam ver. Eu fico à disposição. **Sr. Nilson:** Obrigada, Secretária. Obrigada, gente. **Sra. Mª Teresa:** Obrigada, Vanessa. Obrigada a todos. **Sr. Nilson:** Vamos passar aqui a parte da COHAB, começando com o Pode Entrar Empresas. Para quem não sabe, o Pode Entrar em Empresas é o antigo FAR, obra do Forte do Rio Negro, ali em São Mateus, próximo, bem próximo ao trilho que passa em cima, que tem o trem. Essa obra está com mais de 80% pronta. Não vai conseguir entregar este ano por um problema na montagem dos elevadores, que está com um problema no mercado de montagem de elevadores. Você sabe, Fátima, que nós temos um problema grave disso aí. Alguns não estão conseguindo por causa disso. Isso aqui são 600 unidades. Bauru Lajeado é a mesma situação. Lá está perto dos 90%. São 968 unidades aqui. Também não vai ter uma entrega aqui porque não está conseguindo por causa dos elevadores. Para você ter uma ideia, tem 23 elevadores, tem um montador, um em cada empresa. E dividiu em duas aqui, fica cada um montando um. Está difícil. Tem até ações judiciais em cima dessa situação aqui. Agora o Pode Entrar Entidades, alguns empreendimentos aqui, o Prestes Maia que foi o primeiro. Você pode ver que está 100% da obra. Não vou falar 100%. Vou falar 99,9% da obra pronta. E só não vai avançar por causa da instalação elétrica subterrânea da Enel. Mas já foi sanado esse problema. Até janeiro eles prometeram fazer a ligação. Uma ligação que demora basicamente em três meses, eles vão acelerar um pouco para entregar no começo de janeiro. Nossa senhora de Fátima. É o da Leste 2, de 147 unidades, praticamente está bem pertinho de concluir. O padre Tício. Eles fizeram até uma arte ali no prédio, que vocês estão vendendo ali. Também praticamente pronto. 100% pronto. A questão é de ligação também com a Enel. Tem uns probleminhas aí. Santa Bárbara também 100% pronto. 99,9%, também problema. Esse aqui é com a Sabesp, vai resolver futuro próximo aqui. Existe um problema aqui que vocês sabem também, que você tem o problema da documentação do Habite-se e do registro do cartório para pegar o imóvel. Esse é um problema que existe. Uma solução que vai ser dada aqui é assinar um TPU oneroso com vínculo ao empreendimento para as pessoas poderem entrar no imóvel. Isso vai acontecer agora. Os empreendimentos não entregam agora o mês que vem aqui. Já vai partir para isso porque não tem como sair a documentação. Não tem. Aqui inclusive o Forte do Rio Branco lote 9 está pronto esse empreendimento aqui. Esse aqui não. Esse não está pronto o lote 9. É o lote 11. São três empreendimentos. Aí você vai ver aqui o lote 9. O lote 9 aqui. Tem o lote 10 que é o do meio. Eu não sei o nome da empresa que está lá, e o lote 11 que vai ser entregue no mês que vem. O que aconteceu? Para vocês verem como o aproveitamento do terreno aqui, eu vou dar até um exemplo até meio ruim porque não foi bem utilizado. Eu tenho um prédio de 3 lotes iguais. O prédio do meio tem 290, o outro tem 150 e o outro tem um pouquinho menos que isso aí. Não é o ideal disso aí. Tudo bem, o projeto foi lá atrás. Essa aprovação demorou, mas podia ter mudado essa situação. Mas, enfim, já está pronto, o prédio vai ter inauguração e agora não tem mais o que fazer. José Bonifácio tem vários empreendimentos lá do lado. Esse aqui. Exatamente esse que vai ser entregue. É nítida a diferença de implantação. É muito nítido. Desperdiço de unidade. Eu podia dobrar o número de unidade desse aí. O outro tem 298, mais 100 unidades aí, é muita coisa, mas paciência. Essa aqui é da Nossa Senhora da Fátima, essa foto não está muito nova, não. Já evoluiu bem. O general Rondon aqui, o Sidney Pitta aqui. Esse aqui é do lado da Princesa Isabel. O Adventista lá da Moas. O Carolina aqui lá no Belém, é um prédio grande até. O Forte do Rio Branco, lote 10. Esse aqui é do lado, é com maior número de unidades, 298. E o do lado dava cento e pouquinhos unidades lá. Uma pena. Lote 26, que é da outra quadra. São três quadras. 26, 27 e 28. Esse aqui nós começamos agora já o do lote 27, que é o do Rosalvo. Está faltando mais um lá que está esperando uma palavrinha chamada Alvará. Vocês conhecem bem Esse é até pior, porque na verdade é doação de calçada, que é outra coisa complexa, parece simples. O Luiz Gama que é do lado do lado da Favela do Violão. Santa

Terezinha aqui. O Kansas, esse está no começo ainda, tiveram alguns transtorninhos aí, foi trocada a construtora. O Missouri. São Paulo diferenciado está começando agora praticamente. Guadalupe, também da Moradia Leste 2. Barro Branco, está andando agora, começamos um outro agora. O Bresser 6, esse aqui é da Verônica. O Elísio, é o da Nilda. Tem um probleminha aqui com o vizinho. Parecia uma praça isso aí, parecia uma praça, mas nunca foi. Não era praça. Era esse terreno da COHAB. Isso aí atrasou, demorou tanto tempo que as árvores cresceram, deu um problema no TCA depois. Santa Etelvina está com 50% aqui. Esse aqui é pequenininho, 24 unidades. Eu até diria que quase inviável, já foi. O Bresser XIV, esse é do Rosalvo. Começou com 204 unidades. Então, é um pouquinho, no começo agora. Santa Etelvina está na fundação ainda. começou agora pouco esse empreendimento. Igarapés, esse também está na fundação. Praticamente começando a obra aqui. Jardim São Paulo tem que limpar o terreno aqui, pouquíssimo, já demorou de início, vai começar agora. Sonda B, lá na Fernão Dias, que está em estaqueamento agora aqui. Tinha umas questões de invasão lá, quando conseguimos superar. As famílias saíram, eram sete famílias. Lá no final do lote, para quem conhece lá, são 180 unidades. Só que essas unidades são baixas. Não coloquei todas aqui. Tem algumas que escaparam aqui, o número de unidades que estão andando. Pode Entrar Aquisição, tem uma tabela que tem o fase 1 e o fase 2. São 10.018 unidades no fase 1, 11.000 no fase 2 e dá 22.705 unidades no total. Aí tem algumas fotos de alguns empreendimentos que estão em andamento. Parque Dom Pedro, um dos poucos empreendimentos aqui no centro de São Paulo. É bem ali, do lado do Glicério esse empreendimento. Cada um tem um sistema diferente, começaram em prazos diferentes. Plano Iguacu, isso aqui é Plano&Plano. Esse empreendimento é da Plano& Plano, tem um número de idade de 486. A Plano&Plano tem vários empreendimentos que entraram aqui no aquisição. A Zona Norte teve uma consequência de muitos empreendimentos na Zona Norte, Jaraguá, onde estão os terrenos lá também. Você conhece lá, Verinha, bem. Você sabe que tem uma quantidade, tem o Pode Entrar lá, é uma quantidade grande. Tanto que a gente, vou dizer assim, praticamente zerou a fila do auxílio-aluguel da Zona Norte dada a demanda de imóveis que a gente... Isso é bom. MRV, mais um lá, perto do Elísio. Esse aqui é um empreendimento gigante, são 1.740 unidades. **Sra. Fátima:** Nos empreendimentos anteriores que você passou, em alguns prédios, verifiquei que muitos têm sacada e outros não têm sacada. Por quê? **Sr. Nilson:** Fátima, aqui nós compramos o Alvará. O Alvará tinha que atender uma demanda de metragem mínima, que é 32 a 70 do Pode Entrar. Se tem varanda, varanda tem. Se não tem varanda, não tem, porque o projeto não previu isso. É simples assim. Só isso. **Sra. Fátima:** Então não foi um projeto feito por vocês? **Sr. Nilson:** Não. **Sra. Fátima:** Aquisição... **Sr. Nilson:** O projeto foi feito pelas próprias empresas, as construtoras, incorporadoras. **Sra. Fátima:** Algumas construtoras colocaram sacada, outras não colocaram sacada. É isso? **Sr. Nilson:** É porque, na verdade é um projeto de mercado que eles estavam lançando. E compramos o projeto de mercado com o Alvará. Alguns têm, outros não têm. **Sra. Fátima:** São aqueles projetos, aqueles pacotes prontos que foram comprados. Entendi. Cada empresa tinha o seu padrão. Foi comprado o Alvará, a empresa já vendeu tudo prontinho, tudo que eles tinham. E aí uns têm, outros não têm. **Sr. Nilson:** É isso. Perfeito. **Sra. Fátima:** Estou perguntando porque achei que esses aí tinham sido diretos feitos pela COHAB, o empreendimento. **Sr. Nilson:** Não, nenhum. **Sra. Fátima:** Por isso que eu perguntei para tirar essa dúvida. **Sr. Nilson:** Eu chamo isso de partido arquitetônico. A escolha do arquiteto. E eu não discuto o partido do arquiteto. Já foi. Não tem volta. O Parque Raposo aqui, estão vendo 340, ele separou por lotes aqui, mas, na verdade nós estamos falando de 6.500 unidades. Uma cidade. Ele tem vários condomínios aqui. Esses condomínios estão em lotes. Esse é só um que tem 340. Tem 10 de 340, tem 20 de 340, vai dar um número de 6.500, estou arredondando, porque depende da implantação de cada lote. Esses empreendimentos estão bem avançados. Em janeiro deve ter entrega. Alguns estão mais atrasados, outros mais avançados. Nem atrasados, aqui estão 40%. É uma área enorme, realmente lá no quilômetro 17,5 da Raposo da Tavares. Mix Morumbi está quase pronto, é um dos primeiros. Por que ele está pronto? Ele começou antes. Vocês pagaram? Não. Conta própria, conta e risco dele. Você vai antecipar o pagamento? Também não. Sinto muito. O Marquês de São Vicente, pertinho de você, Verinha. **Sra. Vera:** Aí não é ACT não, não é? **Sr. Nilson:** ACT é a Operação Urbana Água Branca, que não é um objeto aqui. Jabaquara, está espalhado pela região inteira de São Paulo. Reserva Jaraguá também, tem 300 unidades, está no começo. Vou falar a verdade, porque a obra aqui não falta. São as 11 mil unidades. São da fase 2. Aquisição fase 2. Na verdade, é bloco 2, mas nem fase 2, porque eu tinha o bloco 1, que foi aqueles 10 mil, e esse bloco 2 de contratação. Volta aqui para o pessoal de CRF. **Sr. Eric:** Aqui foi a proposta de orçamento que foi apresentado na Câmara Municipal. E vamos ter a oportunidade agora de fazer com calma, para que todos tenham a possibilidade de ter a informação completa. Colocamos alguns conceitos aqui com relação à importância de você trazer segurança jurídica para milhares de famílias através da regularização, e quais são os caminhos para podermos chegar a esse objetivo, que é a regularização do perímetro como um todo, mas também das matriculas individualizadas, o nome de cada uma das famílias. Bom, esse aqui não é um problema só da cidade de São Paulo na adequação fundiária, é um problema do Brasil. Mas em São Paulo, em especial, hoje nós temos, em CRF, mapeados mais de cinco mil núcleos informais que carecem da regularização fundiária. Esse é um dado, acho bastante relevante que nós temos com relação ao município de São Paulo. São cerca de 810 mil municípios ao todo. Nosso foco é o combate de déficit habitacional, com a minimização dos danos urbanísticos e ambientais nessas áreas que

nós já temos a consolidação hoje, e isso vai permitir uma redução da desigualdade social de uma forma geral. Eu sou de Sorocaba, e lá costumamos dizer no interior que um imóvel sem papel tem um valor e um imóvel com papel tem outro valor. Então buscamos, além da segurança jurídica, sem custo algum aos moradores, e a gente foi vítima, a gente que eu falo é a sociedade de uma forma geral, de algumas fake news, de pessoas espertas, entre outras, querendo ganhar com o trabalho feito pelo município. Todo investimento feito nessas áreas, quer seja em obras, quer seja nos produtos técnicos da regularização, não tem custo nenhum ao cidadão nas áreas de REURB S. E aí a valorização dos imóveis. Nós temos, no momento, 485 núcleos informais localizados em todos os setores da cidade hoje que estão sendo trabalhados. Quando foi feita a licitação, nós dividimos a cidade em quatro grandes eixos, norte, centro, leste, sul e sudeste, e extremo sul, que é onde está localizado o Mananciais, e que nós temos uma excelente interface com a Maria Teresa e com os técnicos do Mananciais. Então, todo o trabalho que é feito de regularização fundiária originária de Mananciais, temos uma interface com a Secretaria Executiva de Mananciais. E esses são os locais onde nós temos os trabalhos. Se vocês olharem ali embaixo a legenda, o vermelhinho são as áreas públicas e em roxo são as áreas particulares. Aqui nós listamos os núcleos de áreas públicas que nós temos sendo trabalhados hoje. Então, todos esses núcleos estão em fase inicial e a fase inicial é correspondente aos primeiros quatro procedimentos da regularização, que vai do P1 ao P4, a fase intermediária, esses mencionados aqui também. E também aí ficam destacados quais seriam esses produtos, o 5, 6, 7, que são aquelas linhas de entrada, o 9, que é a Vitoria Técnica, o 15, que é Estudo de Risco e o 17, Aço Educacional Ambiental, que geralmente também é feita no Extremo Sul. A fase final, que é já com, eu falo que é já na última volta da corrida, quando você já enxerga e visualiza a finalização do processo. São esses núcleos que são listados aqui no verde mais claro, que são os produtos de 8 a 14, que quando você chega em cartório, e o verde mais escuro, aqueles que já estão em cartório. Então é essa divisão que temos hoje do lote 1, que é a região norte da cidade. A Cíntia está me lembrando que essa apresentação, quando ela foi feita, foi feita no final de outubro, para que nós apresentássemos a Câmara Municipal, mas nesses 19 dias de novembro já teve já uma mudança do status de vários núcleos que mudaram de fase. Áreas particulares, um grande número de áreas em fase inicial, fase intermediária, fase final e enviado para o cartório. A mesma dinâmica de processo. Aqui, eu não sei se vocês querem que a gente fale de algum núcleo específico, porque são 485 núcleos que estão sendo trabalhados de forma simultânea. Se a gente for entrar no detalhe de cada um, ficamos aqui até amanhã, se for fazer esse detalhamento. Então aqui a gente fecharia a zona norte da cidade. Zona leste, as áreas públicas, a mesma dinâmica, quais são as áreas, fases intermediárias, fase final e já enviado para o cartório. É aqui tem uma situação que não é relevante, mas acho que é importante ter a informação. Alguém disse lá no dia da audiência pública que se um cartório não está dando a atenção adequada, manda para outro. Eu não posso. Cada cartório dos 18 cartórios da cidade tem uma circunscrição própria. Então, aquela região da cidade obrigatoriamente tem que ser feito o trabalho e o registro, os estudos, com as informações daquele cartório. Não é uma opção nossa, é uma obrigação compulsória que temos. Áreas particulares, também todas as áreas relacionadas, fase a fase. E essas informações a gente publica a cada três meses no Diário Oficial do Município e também na página da Secretaria Municipal de Habitação, tem o item lá, que é uma regularização fundiária que temos essa informação periódica a cada 90 dias dos andamentos dos nossos processos. Lote 3, mesma dinâmica, todas essas áreas que nós temos em áreas públicas. Podem ver que tem bastante coisa em cartório. Aqui é continuidade da tela anterior. Lote 4, áreas públicas, fase inicial, intermediária, final e em cartório. E essa aqui, como eu disse anteriormente, é uma área de mananciais. Então, necessariamente, ela demanda de uma série de estudos ambientais um pouco mais aprofundado e conseguimos recentemente finalizar alguns processos em mananciais, que para nós foi uma grande conquista, porque são as primeiras áreas da cidade de São Paulo em que terminamos a regularização fundiária com legitimação das famílias que é o atendimento da habitação definitiva. As áreas particulares, a mesma coisa. Por exemplo, o Recanto do Sisi está aqui já em uma fase final, por exemplo. E por que tem essas questões, esses lucros que geralmente a gente conhece popularmente como áreas maiores a gente reduz? E por alguma questão técnica para que tenhamos uma efetividade mais rápida enquanto, por exemplo, não sei se é o caso aqui ou não, outros perímetros do núcleo ainda dependem de obras. Por exemplo. Vamos dando prosseguimento na regularização. Fizemos aqui um destaque dos percentuais do número de núcleos que temos em fase inicial, fase intermediária, fase final e fase já em cartório. Nesse número aqui tenho certeza que já aumentou, porque assinamos bastante CRF recentemente, então os cartórios hoje tem uma demanda bem grande, e essa demanda, como eu falei para eles, vai aumentar ainda mais porque temos muita coisa já em estágio final para podermos mandar para os cartórios. O que nós fizemos como estratégia adotada, que eu acho que é importante compartilhar com vocês, o Conselho. Como nós temos dois setores, áreas públicas, áreas particulares e áreas pré-estabelecidas que serão trabalhadas com uma seriedade maior em empresas contratadas para prestar esse serviço, todo início de mês nós emitimos ordens de serviço daquilo que pretendemos que seja executado naquele mês. E eu esqueço passo a atribuição ao consórcio e vamos acompanhando durante o mês. Quando fecha o mês, fecha a medição e olhamos tudo que foi executado e que não foi executado, e o por que não foi executado, qual foi o nó que aconteceu nesse período para podermos desatar. E aí vamos em busca para desatar esse nó e fazer a mesma coisa no mês seguinte. Então tivemos um crescimento exponencial muito grande, fruto do

trabalho dos servidores da regularização fundiária, fruto do trabalho dos prestadores de serviço, porque foi se construindo uma dinâmica de trabalho que tem começo, meio e fim. É uma equipe multidisciplinar acho que é importante destacar, aqui temos engenheiros, arquitetos, advogados, engenheiros ambientais, assistentes sociais, enfim, é um corpo de profissionais bastante qualificado, que são cerca de 130 profissionais que trabalham hoje na regularização fundiária do município. Essa foto em especial é um convênio que nós fizemos com a faculdade Presbiteriana Mackenzie da regularização fundiária, de um perímetro do Jardim Piratininga de 70 unidades. Nós finalizamos esse trabalho, e esse núcleo já está em cartório, e pretendemos fazer essa entrega o mais rápido possível. E o bacana, pelo menos para nós que trabalhamos com regularização, é que os alunos de Direito e de Arquitetura tiveram a oportunidade de aprender algo que não está no currículo deles de forma obrigatória. Essa é uma disciplina. Como eu posso falar? Voluntária, tópica especial. É uma optativa. E é bacana, porque quando o estudante de Direito e de Arquitetura opta por querer entender o trabalho de regularização, ele já tem alguma vocação para isso. Então a Cintia e outros profissionais, mas encabeçados pela Cintia, ministraram aulas aos estudantes do Mackenzie, e depois da aula teórica, eles vieram para cá fazer o trabalho na prática daquilo que eles aprenderam em sala de aula. Então é um negócio bastante interessante, que temos muita vontade de ampliar isso com outras instituições. Agora, isso aqui é muito importante. Esse homem aqui vocês conhecem? Sabe quem é? Esse aqui é o doutor Francisco Loureiro. Ele é Desembargador e Corregedor do Tribunal de Justiça. Ele é responsável por fiscalizar todos os oficiais de registros de imóveis do Estado de São Paulo, em especial da capital. Essa primeira fileira aqui tem alguns oficiais registradores, dos 18. Essa palestra foi feita na Prefeitura Municipal de São Paulo. Quem proferiu as palestras foi o doutor Loureiro e o cabecinha branca aqui do lado de cá, com todo o respeito, é o doutor Marcelo Tossi, que é um Desembargador também, que trabalha na Corregedoria do Tribunal de Justiça. Eles falaram sobre o novo provimento. O provimento foi editado em agosto, e trouxe algumas celeridades que, até então, os cartórios travavam na análise dos processos. Então, deu uma destravada e todos os nossos colaboradores - esse corpo de profissionais atrás - tiveram a oportunidade de ter essa aula, vamos dizer assim, com a maior autoridade de regulação fundiária do Estado de São Paulo. E criou-se uma aproximação com os oficiais registradores, que até então eram eles lá, nós aqui. Então, tentar fazer uma integração maior para que as coisas tenham um dinamismo maior. Parceiros que nós temos. CDHU, nós fizemos nos últimos anos duas grandes entregas, uma na Portuguesa, que é o estádio do Canindé, e a outra no estádio do Corinthians. Tivemos duas grandes entregas, somando essas duas entregas, ultrapassa 30 mil títulos de mutuários da CDHU. A CDHU trouxe para dentro de CRF, aqui no nosso prédio, quatro profissionais, dois arquitetos e dois advogados para trabalhar exclusivamente em processos da CDHU. Tentamos replicar com a COHAB, não na mesma modelagem, mas algo muito semelhante. Então, tudo que a COHAB também promoveu de registro ao longo deste ano, também passou por CRF. Quero destacar aqui, não vou dizer que foi a maior parceria, porque a maior sim está por vir, mas a deste ano, pelo menos para mim em especial, foi a anuência que a COHAB deu como proprietário tabular da regularização em Heliópolis. Toda aquela área de Heliópolis que moram mais de 300 mil pessoas é de propriedade da COHAB e a COHAB, por um motivo, não anuiu com a regularização, sempre querendo comercializar. E conseguimos, através de argumentos técnicos, um parecer favorável da COHAB para regularização. Do Mackenzie, eu já expliquei, para nós é um motivo de orgulho ter um convênio com uma instituição tão séria, em que vamos ajudar a formação de futuros profissionais. Aqui, estamos destacando uma entrega que nós fizemos. Essa pessoa aqui é a Cintia. E para nós é um motivo de alegria sempre que finalizamos um trabalho, e entregamos a matrícula para as famílias. Eu costumo dizer que sentimos o pulso. E quando você sente o pulso, você sente o coração bater e você vê que o ritmo do coração está acelerado. Porque é algo que às vezes a pessoa sonhou para aquele momento. Por muitas vezes, é a hora que ela consegue realizar o sonho dela, nem ela está acreditando. Ela está com papel na mão e não está acreditando no que está acontecendo. Mas, para que isso tenha um resultado efetivo, a gente necessariamente precisa do envolvimento dos moradores locais. Os moradores locais precisam entender o que está sendo realizado, a importância disso e acreditarem na realização e na execução do trabalho. Sempre que temos um êxito desse, eu brinco que tem um efeito rebote que, depois, aquelas pessoas que, por alguma razão, não acreditaram no trabalho, no mesmo dia, eles já estão perguntando de como eles podem ser contemplados no segundo momento. E já tem uma equipe nesse mesmo dia para explicar todos os procedimentos que vão ser realizados para essa segunda listagem. 2024, que é o nosso ano vigente, nós tínhamos empenhado nosso orçamento de R\$ 297, milhões e aqui envolve contratos e envolve o nosso RH, e o nosso executado até setembro tinha R\$ 273 milhões. Então, isso dá um percentual de execução de 91,65%, que é um número bom, mas que temos a expectativa de, até o final do ano, melhorar esse desempenho. E aí o que nós estamos pedindo para 2025? A prorrogação desses contratos, esses contratos que trabalhamos hoje vencem em março, alguns em março, alguns em maio. Então a prorrogação desse contrato por mais 12 meses e um aditivo de 25%. Esse aditivo vai atender ações em que o município foi condenado, em ações civis públicas que temos a obrigação de fazer, de promover regularização. E PACs, que são convênios firmados com o governo federal há mais de 20 anos, e que a contrapartida do município é regularização. Então, pelo menos R\$ 85 milhões são necessários para darmos conta dessas duas demandas que temos hoje. Mas fora esses valores, estamos pretendendo R\$ 105 milhões para uma nova licitação a um contrato semelhante a esse que nós temos para ampliarmos

essas R\$ 485 milhões que nós temos atualmente. Uma nova licitação exclusivamente para atender empreendimentos que são empreendimentos nossos, SEHAB e COHAB, para promover regularização. Levantamentos planos altimétricos, estudos técnicos ambientais, as ACPs, nós temos outras ACPs para cumprirmos e também a aquisição de novos equipamentos e melhorias operacionais que nós temos. Aquisição de sistemas, novos computadores, enfim. Uma estrutura e um conforto melhor para que nossos servidores possam ter um desempenho mais adequado e mais confortável nas suas funções. Então, a pretensão desse CRF para o orçamento de 2025 é de R\$ 347 milhões. Espero que os vereadores contemplem. Então, e uma coisa, vocês como conselheiros, que para nós é muito importante, o que é? Vocês viram as diversas fases em que em inúmeros núcleos já temos trabalho realizado. Se nós não finalizamos esse trabalho, perdemos esse trabalho. É isso que eu tenho debatido internamente de uma forma muito acentuada. Temos que ter um começo, meio e fim. Mesmo que atendamos menos áreas, mas um começo, meio e fim, do que pegar um mundo de áreas e não finalizar nada. O nosso risco aqui, qual é? É perdemos o trabalho. Se eu faço um LEPAC hoje, que é um investimento significativo nos produtos da regularização, se eu não tenho uma sequência, daqui a dois anos, três anos, esse LEPAC não serve para mais nada. Se eu faço um cadastro social, daqui a um período, as pessoas morrem, as pessoas se divorciam, as pessoas mudam lugar. Então, isso aí tem que ter uma dinâmica para finalizar. Então, para nós é fundamental que pelo menos esses 85 milhões que previmos aqui no orçamento, para os contratos, seja contemplado. As demais rubricas que nós pretendemos e apresentamos até por um dever nosso, é para podermos ampliar aquilo que temos hoje em outros setores que somos demandados diariamente. **Nada mais havendo a tratar, a Senhora Maria Helena Ferreira de Almeida encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Documento: [122377876](#) | Despacho

DESPACHO DE CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Trata-se este processo administrativo de regularização fundiária do núcleo urbano informal "Jardim Pão de Açúcar", situado na altura do nº 3.800 da Avenida Professor Hermógenes de Freitas Leitão Filho, Subprefeitura de Parelheiros, São Paulo Capital (doc. SEI n.º 106139742), e cuja classificação da modalidade de regularização fundiária é indispensável para seu prosseguimento.

Tendo em vista sua Declaração de Interesse Social pelo Secretário Municipal de Habitação (doc. SEI n.º [119951146](#)), classifio a regularização fundiária do núcleo urbano informal "Jardim Pão de Açúcar" como de interesse social ("REURB-S"), com fundamento no artigo 26, I, b, da Lei Municipal 17.734, de 11 de janeiro de 2022.

Publique-se este despacho, após (notifique-se os Interessados, como determina a Lei (art. 20 Lei Municipal 17.734/22); aguarde-se por 15 dias eventual impugnação da decisão, nos termos do artigo 36 da Lei Municipal nº 14.141, de 27 de março de 2006;

Sobrevindo recurso, análise, instrução e envio à SEHAB/GAB para decisão, como determina o artigo 36 da Lei Municipal de Processos Administrativos. Se decorrer-se o prazo *in albis*, ao Setor de Cadastro e Informações para as anotações de praxe e após ao Departamento de Regularização de Assentamentos Consolidados ("SEHAB/CRF/DAC"), para prosseguimento do processo de regularização fundiária.

Documento: [122368762](#) | Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: JARDIM IMBUIAS II

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER a todos os relacionados no presente EDITAL e aos terceiros eventualmente interessados que dele tiverem conhecimento que, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Lei Municipal nº 17.734/2022, do Provimento nº 56/2019 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade ao procedimento de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA de interesse social do núcleo urbano irregular denominado.

JARDIM IMBUIAS II, tratada no processo administrativo P.A 2015-0.114.289-1, com origem na Matrícula e transcrição nº 19.525 e 119.460 do 11º Registro de Imóveis de São Paulo/SP e acesso principal pela Rua Geraldo do Brumado.

Ficam, portanto, NOTIFICADOS de que dispõem do prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital, para querendo, MANIFESTAREM-SE quanto ao procedimento de regularização fundiária acima especificado, por meio do seguinte endereço eletrônico: notificacaoereg@prefeitura.sp.gov.br.

Transcorrido este prazo, a ausência de manifestação será interpretada como concordância com a regularização fundiária, de acordo com o que autoriza a legislação citada. E para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar

ignorância, expede-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município. São Paulo, 25 de março de dois mil e vinte e cinco.

Documento: [122368988](#) | Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: JARDIM IMBUIAS II

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER a todos os relacionados no presente EDITAL e aos terceiros eventualmente interessados que dele tiverem conhecimento que, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Lei Municipal nº 17.734/2022, do Provimento nº 56/2019 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade ao procedimento de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA de interesse social do núcleo urbano irregular denominado

JARDIM IMBUIAS II, tratada no processo administrativo P.A 2015-0.114.289-1, com origem na Matrícula e transcrição nº 19.525 e 119.460 do 11º Registro de Imóveis de São Paulo/SP e acesso principal pela Rua Geraldo do Brumado, **NOTIFICA** os titulares de domínio conforme abaixo:

Espécie (Matrícula ou Transcrição)	Nº Título	Nº CRI	Notificados
Matrícula	70.569	11º CRI	Paulo Chutii Imamura e s.m. Maria Geraldina Felix Imamura
Matrícula	88.083	11º CRI	Manoel Lins Dos Santos e s.m. Maria Severina dos Santos
Matrícula	115.846	11º CRI	Manoel Des Santos e s.m. Laudelma Maurícia dos Santos e José Raimundo Pinto Filho e s.m. Maria Helena dos Santos Pinto
Matrícula	191.612	11º CRI	Manoel Messias Carvalho e s.m. Maria Araújo Sousa Carvalho e Antonia Araújo de Sousa
Matrícula	195.793	11º CRI	Igreja Batista de Vila São José
Matrícula	201.218	11º CRI	Manoel Rodrigues dos Santos e s.m. Maria Fatima dos Santos
Matrícula	201.218	11º CRI	Pedro Francisco Rodrigues e s.m. Isabella Rozino Rodrigues
Matrícula	201.219	11º CRI	Maria de Lourdes Pena, Geraldina Cirila Pena, José Maurício Pena, Marcelo Da Silva Pena, Patricia da Silva Pena e Marcos Da Silva Pena
Transcrição	234.409	11º CRI	José Cicero de Oliveira e s.m. Helena Argollo de Oliveira
Transcrição	237.755	11º CRI	Amantino Eulálio Da Silva, e espolio de Edwiges Pacheco da Silva
Matrícula	447.742	11º CRI	Banco Santander S.A.
Matrícula	447.742	11º CRI	Eduardo Carvalho da Silva e s.m. Renato dos Reis Baptista da Silva
Matrícula	447.743	11º CRI	Angela Aparecida de Aquino Alves e s.m. Celso Mota Alves
Matrícula	447.743	11º CRI	Itaí Unibanco
Transcrição	119.460	11º CRI	Maria José Silva Gomes e s.m. José Gomes
Transcrição	60.837	11º CRI	Antônio Boechiglieri
Transcrição	215.452	11º CRI	Fabio Luiz Basile
Matrícula	457.567	11º CRI	Sueli Pacheco Pereira e s.m. Luciano Pereira Da Silva

Ficam, portanto, NOTIFICADOS de que dispõem do prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital, para querendo, MANIFESTAREM-SE quanto ao procedimento de regularização fundiária acima especificado, por meio do seguinte endereço eletrônico: notificacaoereg@prefeitura.sp.gov.br.

Transcorrido este prazo, a ausência de manifestação será interpretada como concordância com a regularização fundiária, de acordo com o que autoriza a legislação citada. E para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar ignorância, expede-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município. São Paulo, 25 de março de dois mil e vinte e cinco.